

PEDAGOGIA DA SOCIOEMANCIPAÇÃO

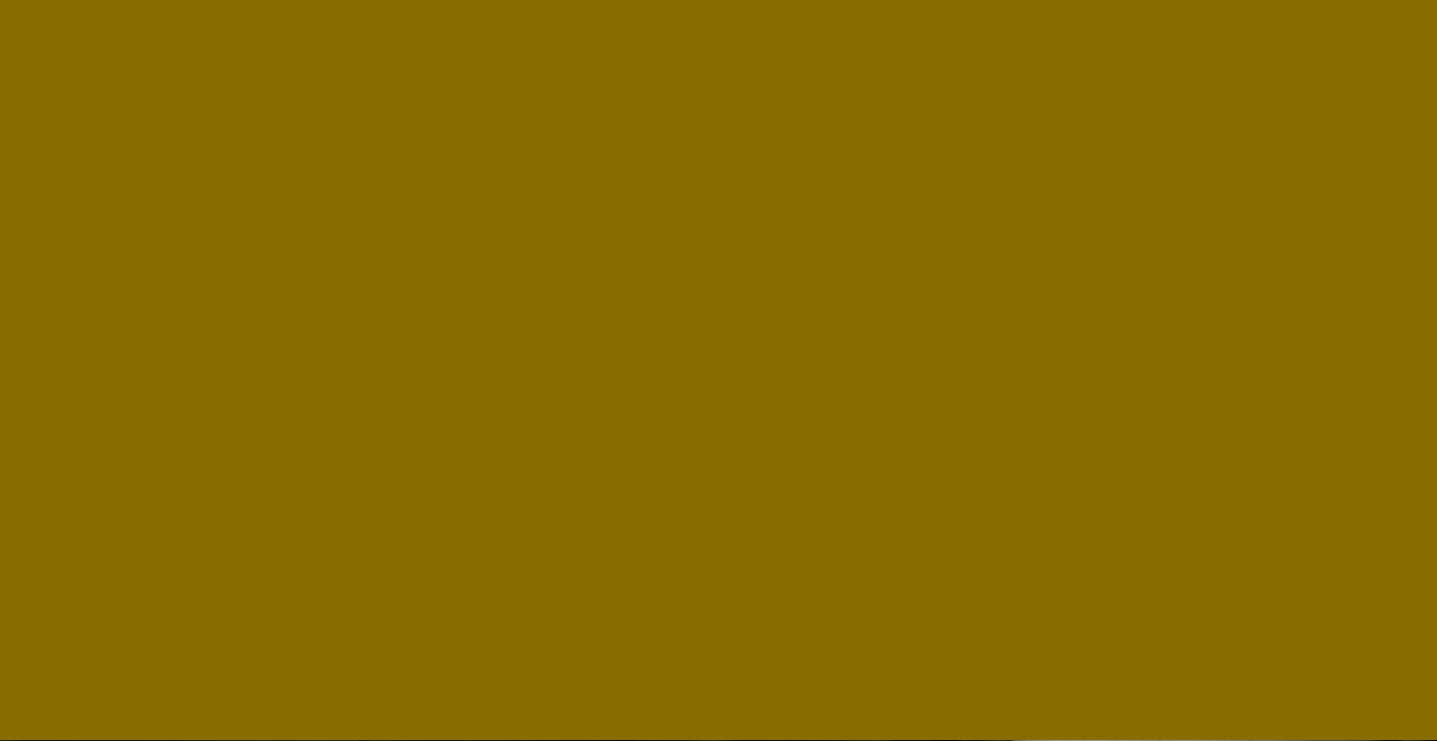
Síntese



Brasília 2009

PEDAGOGIA DA SOCIOEMANCIPAÇÃO

Síntese



Cadernos do IDP – Instituto Nacional
de Desenvolvimento Profissional

APLICAÇÃO DA PEDAGOGIA DA SOCIOEMANCIPAÇÃO NOS REGIMES:

- /// Provisório
- /// Internação
- /// Semiliberdade
- /// Liberdade Assistida
- /// Clínica Psicossocioterapêutica para
Dependentes de Substâncias Psicoativas

Brasília 2009



Realização:

Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional

SCS QD 02 Ed. Jockey Club 6º Andar salas 601 e 603, Brasília-DF CEP 70.317-900

Telefone: (61) 3967-3135 Fax: (61) 3202-1109

E-mail: idp@institutoidp.org.br | Site: www.institutoidp.org.br

Iniciativa do Instituto IDP

Wenderson Monteiro

Presidente

Marcelo Guimarães Bóia do Nascimento

Vice-Presidente

Viviane Fernandes

Diretora de Promoção e Ação Social

Welber Costa

Diretor Administrativo

Manuel Bastos Brabo

Coordenador geral

Elaboração

Marcelo Guimarães Bóia do Nascimento
(Mestre em Educação; um dos idealizadores e construtores da pedagogia da socioemancipação)

Wenderson Monteiro, um dos idealizadores e construtores da pedagogia da socioemancipação)

Colaboradores do Instituto IDP

Diego Augusto Santa Garcia

(Especialista em Farmacodependências)

Gonzalo Augusto Salazar Hernández

(Especialista em Farmacodependências)

Oscar Alejandro Arboleda Osorno

(Lic. Pedagógica Reeducativa)

Colaboradores convidados

Cícero Bastos da Silva

Psicólogo

Walter da Silva Gomes

Mestre em Educação

Heron Flores Nogueira

Psicólogo

Edgar Bezerra

Coordenador Interdisciplinar

Ligia Marques Douro

Lic. Pedagogia – Reengenharia de Recursos Humanos

Afranio Pedreira

Jornalista

Ficha técnica

Revisão de textos: Camilla Valadares

Capa, projeto gráfico e diagramação:

Eduardo Meneses e Fábio Brumana (Quiz Design)

Fotos: Keystone/Liquid Library

Impressão: Athalaia Gráfica e Editora Ltda.

Tiragem: 1.000 exemplares

Brasília, 2009.

Não é permitida a reprodução desta publicação.

Sumário

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO	11
INTRODUÇÃO	13
MISSÃO	16
VISÃO	17
PÚBLICOS-ALVO	18
DIRETRIZES	19
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA	21
PÚBLICOS-ALVO	23
METAS	24
OBJETIVO GERAL	25
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
INTERVENÇÃO	27
SOCIOPEDAGÓGICA	27
FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	28
PROJETO PEDAGÓGICO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	31
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO	39
PÚBLICOS-ALVO	41
METAS	42
OBJETIVO GERAL	43
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	44
SISTEMA DE INTERVENÇÃO	45
POR NÍVEIS	45
FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	46
PROJETO PEDAGÓGICO POR NÍVEIS	48
MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE	61
PÚBLICOS-ALVO	63
METAS	64
OBJETIVO GERAL	65
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	66
INTERVENÇÃO SOCIOPEDAGÓGICA	67
FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	68
PROJETO PEDAGÓGICO E ÁREAS DE INTERVENÇÃO	72



MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA	75
PÚBLICOS-ALVO	77
METAS	78
OBJETIVO GERAL	79
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	80
SISTEMA DE INTERVENÇÃO DA LIBERDADE ASSISTIDA	81
PROTAGONISTAS DO PROJETO DE LIBERDADE ASSISTIDA	83
PROCESSO DE INTERVENÇÃO POR MÓDULOS	85
COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA TRATAMENTO DE SUSTANCIAS PSICOATIVAS	89
INTRODUÇÃO	91
MISSÃO	95
PÚBLICOS-ALVO	96
OBJETIVO GERAL	98
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	99
FUNDAMENTO TEÓRICO METODOLÓGICO	101
SISTEMA DE INTERVENÇÃO PSICOSOCIOTERAPEUTICA POR NIVEIS	109
FUNDAMENTO METODOLÓGICO	110
OPERACIONALIZAÇÃO	113
DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DIÁRIAS	143
ORGANOGRAMA SISTÊMICO DO MODELO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO IDP EM UNIDADES DE INTERNAÇÃO	157
SISTEMA DE AVALIAÇÃO	158



Prefácio

Aquilo que uma pessoa se torna ao longo da vida depende fundamentalmente de duas coisas: das oportunidades que teve e das escolhas que fez. Realmente as pessoas são fruto das oportunidades que tiveram e das escolhas que foram fazendo ao longo da vida. Às vezes, a pessoa tem oportunidade e faz a escolha errada. Outras vezes, porém, ela faz a escolha certa, mas não tem a oportunidade. E a escolha de educar é determinante em nossa trajetória pessoal, porque define o rumo da nossa própria existência e ajuda a determinar uma adequada escolha para aqueles/as que estão se formando e precisam fazer uma escolha boa, adequada e apropriada de acordo com as suas características e necessidades.

Devemos trabalhar com o enfoque de empoderar, promover e encorajar o/a adolescente. Devemos atuar não para fazer um poder-dominação, mas um poder serviço. O/A adolescente é a fonte do sentido e o suporte da significação de todo o processo social e educativo que a ele/ela se dirige. Devemos entender a educação como o único processo que transforma o potencial das pessoas em competências, capacidades e habilidades. Por isso ela deve ser franca, diretiva e democrática.

O século XXI alvorece dentro de uma nova ordem política. Não é mais Norte contra Sul ou 1º, 2º e 3º mundo. Está longe de serem apenas ideologias: democracia versus comunismo. Essas antigas ordens estavam fora do corpo dos homens e das mulheres, estavam na perspectiva da essência e não da existência. Algo que podia ser quantificado por guerras ou por acordos entre países. Questões macroscópicas, gerais, amplas. Neste novo milênio, a geografia ensinada na escola não é mais a mesma.

Atualmente, existe uma nova ordem política menos influenciada pelo imperialismo de alguns países e mais pautada pelas regras obscuras do mercado mundial. O que nós vivemos hoje é um império de idéias, costumes, visões e hermenêuticas próprias a um contexto de globalização e não de particularização. Não existe o mando da superpotência, mas da super-onipresença de uma cultura global. Hoje, o poder não está mais resumido às mãos de quem carrega o anel dos governantes. Tudo é microscópico. O poder tornou-se biológico, está nas veias, no cérebro e nos corpos das pessoas. Não se ousa mais diferenciar Capitalismo de Estado. Os costumes, os ideais, as crenças estão interiorizadas e fomentadas para uma produção de vida em série, para a sociedade de consumo.

A nova ordem política não admite riquezas distribuídas de uma forma equilibrada para todos/as. Exatamente por isso estabelece padrões gerais de vida que articulam e reanimam a produção dos/das excluídos/as bem como dos/das escolhidos/as. O acúmulo de riquezas, a violência, a fome e a miséria não mais estão como instrumentos de definição de classes, mas, sobretudo, como produtores de vida. Hoje, os/as excluídos/as fornecem, apenas com a presença de seus corpos, a plena condição de sobrevivência dos/das escolhidos/as e o pleno desenvolvimento das regras de mercado, onde o fetichismo do consumo dita até onde as pessoas são capazes de serem felizes e emancipadas.

No entanto, em qualquer que seja a ordem mundial, existe dentro dela o germe de sua própria mudança. A configuração política do século XXI gera seus/suas revolucionários/as: os/as excluídos/as, os/as marginalizados/as. Ao contrário de épocas anteriores, onde as concepções de poder eram mais definidas e visíveis, a sociedade de consumo não permite que as próprias classes se compreendam como classes, logo os/as militantes desse novo milênio não sabem que verdadeiramente os/as são. Mas a falta de consciência dessa condição não presume que ela não exista de fato. A cada momento, os/as excluídos/as, pela própria condição de excluídos/as e pela inerente vontade de potência, expressam sua condição de militantes de uma nova era nas entrelinhas das porcentagens da violência, da mendicância, da pobreza e do descaso. Aquele/a pedinte que aparece ao lado do carro parado; aquela família deitada debaixo da ponte; aquele/a jovem que trafica, que mata, que rouba, são personagens principais dessa revolução silenciosa e inicialmente sem sentido, porque sem consciência. A sociedade de consumo fez dos/das revolucionários/as, ladrões/as, assassinos/as, mendigos/as e dependentes de drogas. Entretanto, eles/elas estão aí, na espreita do poder, nas veias sujas da sociedade economicamente

estável, gerando em suas inadequadas ações de protestos, sua forma de, ao mesmo tempo, desafiar e manter a sociedade de consumo.

Daí, como educadores/as, perguntamos: como a educação, sendo ela um conjunto de atividades que facilitam o indivíduo a melhor se entender, tem conseguido lidar com o levante social revolucionário produzido pelos/as excluídos/as?

A educação formal, ou seja, a educação escolar não lida com esse contexto revolucionário simplesmente pelo fato de ser ela a responsável direta da produção da mão-de-obra especializada, se organiza – à revelia de toda evolução no que se refere ao trato do conhecimento formal e sua disposição interdisciplinar com leve apelo às questões éticas e civilizatórias – com o fim de defender a constituição e a fortificação da cultura globalizante, pautada dentro da lógica do mercado neoliberal, dando pouco espaço à perspectiva emancipadora capaz de superar a barbárie gerada pelo biopoder.

Por outro lado, a educação informal, ou o que podemos chamar de socioeducação, voltada essencialmente para a construção do caráter e de comportamentos socialmente aceitos, apresenta-se como o tipo de educação que se pauta em referenciais legislativos protetivos, como, por exemplo, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É exatamente na Socioeducação que encontramos a base intelectual onde os/as excluídos/as são totalmente atendidos/as e que por isso, é onde está a grande força educativa do novo século.

Assim sendo, a Socioeducação é o campo da educação onde os/as excluídos/as começam a se instrumentalizar para uma vida social adequada e a compreender suas funções sociais dos novos tempos. Começam a entender a lógica do mercado que rege as relações sociais e que configuram o panorama político atual. É exatamente neste momento que assumem sua condição de revolucionários/as.

Para tanto, se faz necessário uma pedagogia capaz de ao mesmo tempo atender às necessidades terapêuticas dessa população e desenvolver a capacidade de emancipação para reestruturar a configuração política moderna. Uma pedagogia capaz de articular as possibilidades de uma vida social mais adequada ao mesmo tempo dando ferramentas de superação da arbitrariedade, da repressão e da barbárie. Uma pedagogia que atende por uma sociedade mais justa numa defesa declarada dos direitos à dignidade, à auto-estima, à aceitação da diferença. De uma

pedagogia que, com os/as excluídos/as é organizada e sem eles/elas não existe. De uma pedagogia que abre o caminho para a emancipação dos/das revolucionários/as de nosso tempo. Uma pedagogia sócio-emancipatória...

A. Pedagogia da socioemancipação propõe:

Devemos ser exigentes como os/as adolescentes. A exigência é sinal de respeito e de esperança dos/das educadores/as em relação aos/às adolescentes, devemos a todo custo, colocar a exigência acima da compreensão. A boa exigência é a que, a cada momento, exige alguma coisa que o/a adolescente se sinta capaz de realizar, a boa exigência, é a exigência possível de ser atendida.

As medidas socioeducativas devem ser revitalizadas. Precisam ganhar uma nova vida, novos tipos de relacionamento, novas oportunidades e condições educativas para oferecer às/aos adolescentes. Devem ter um clima novo, uma ambiência favorável e uma cara inovadora se pretendem verdadeiramente gerar um autêntico processo de educação para a vida.

Deve-se possibilitar o desenvolvimento da autonomia (capacidade de decidir segundo as suas crenças, valores, pontos de vista e interesses); da solidariedade (capacidade de atuar como solução e não como problema em questões relativas ao bem comum); e da competência (desenvolvimento de competências pessoais, relacionais, produtivas e cognitivas). As condições (subjetivas e objetivas) necessárias à emancipação do/da adolescente devem ter uma abordagem auto-compreensiva, orientadora para a valorização dos aspectos positivos de sua personalidade, do auto-conceito, da auto-estima e da autoconfiança necessárias à superação das suas dificuldades. É isso o que o IDP quer fazer das medidas socioeducativas, inovar, propor, e fazer com que o/a adolescente possa se fazer responsável pela sua própria vida, não dentro de uma unidade de atendimento socioeducativo, mas sim fora dela, na sociedade, na própria vida.

1

Apresentação do Instituto

A proposta socioeducativa contida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) orienta como construir procedimentos de intervenção a partir das razões que levam o/a adolescente a praticar um ato infracional.

A Pedagogia da Socioemancipação está em consonância com a garantia de direitos e em sintonia com os documentos orientadores da política de atendimento às/aos adolescentes e às/aos familiares envolvidos no contexto da prática do ato infracional.

É preciso basear-se na filosofia de que é indispensável uma educação social para que exista a transformação necessária do/da adolescente. Desta forma, a partir da mudança, tornar real a possibilidade dele/dela fazer parte da sociedade em que vive de uma nova forma, resgatando a visibilidade social e atendendo às regras do saber conviver, antes exercida por meio da prática de sucessivos atos infracionais.

Grande parte da sociedade ainda percebe as/os jovens como sendo um “problema”, a partir da idéia de que o comportamento emitido por eles/elas é desviante. Surgem então diversos discursos com foco na adolescência e a violência no âmbito social, familiar e institucional. No entanto, poucos realizam uma análise profunda do/da adolescente dentro de um contexto social, limitando-se a enxergá-los/las como sujeitos isolados/das, dotados/das de comportamentos e atividades próprias de seu meio. Nesse contexto, são poucos os movimentos que propõe uma discussão mais ampla e aprofundada no sentido de promover uma transformação social.

O Instituto Nacional do Desenvolvimento Profissional (IDP) se propõe a executar o atendimento socioeducativo a partir de uma linha pedagógica que ofereça condições propícias à transformação de um cenário comum não só nas grandes cidades, mas encontrado facilmente em pequenas localidades. Cenário esse que fragiliza, rompe e destrói os vínculos familiares, promovendo a dor do abandono, da falta de perspectiva, da exclusão social, gerando vítimas e construindo futuros autores/as da violência pela qual passaram um dia.

É certo que com a responsabilidade da família, o desenvolvimento das políticas públicas pelo Estado e o apoio da sociedade, junto com o terceiro setor, é possível construir um novo cenário social capaz de criar oportunidades de cidadania para os/as adolescentes brasileiros/as.

Com empenho e dedicação, a equipe do IDP aposta na reversão desse contexto de risco e vulnerabilidade social, atualmente em trajetória crescente, para o investimento do capital humano de atenção às políticas públicas de atendimento à/ao adolescente em conflito com a lei, como forma de acreditar na construção da plena cidadania desse segmento social da população.

Com a Pedagogia da Socioemancipação, o IDP apresenta uma forma de trabalho, alinhada a projetos pedagógicos recomendados pelo SINASE e adotados em Estados e no Distrito Federal. O objetivo é oferecer novos conceitos, por meio de conhecimentos e instrumentos que irão acrescentar idéias e propostas para que os órgãos do poder público e as entidades do terceiro setor possam oferecer uma nova trajetória na construção do projeto de vida dos/das adolescentes inseridos/as nas medidas socioeducativas.

2

Introdução

A concepção da Pedagogia da Socioemancipação surge fundamentada em estudos, discussões e reflexões sobre os procedimentos que deverão ser colocados em prática, seguindo as linhas contidas em documentos orientadores do atendimento das medidas socioeducativas. Todos em consonância com o que está disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (SINASE) e nos projetos desenvolvidos pelos Estados e pelo Distrito Federal.

O processo participativo de construção da pedagogia envolveu os diretores e equipes que realizaram uma pesquisa sobre o desenvolvimento de medidas socioeducativas, fundamental para a construção da Pedagogia da Socioemancipação. O diagnóstico elaborado pelo grupo serviu ainda como subsídio para a elaboração de materiais didáticos orientadores que são a base para o trabalho de qualificação e capacitação para o funcionamento das unidades socioeducativas, administradas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional (IDP).

Refletindo o seu compromisso com a transformação social e a realização de um serviço de qualidade, o Instituto apresenta cadernos com conteúdos teóricos sobre o atendimento de adolescentes. O objetivo dessas publicações é alinhar e uniformizar os procedimentos, estabelecendo um referencial de ações a serem aplicadas em toda a rede socioeducativa de atendimento à restrição de liberdade de adolescentes e oferecer um referencial metodológico dos programas de meio aberto com o/a adolescente que tiver sua progressão de medida.

O IDP acredita no respeito do princípio da incompletude institucional, uma vez que cada instituição deve interagir e ter complementadas suas ações para que sejam alcançados os objetivos comuns. É nesse contexto que o Instituto entende sua participação na rede socioeducativa de atendimento a adolescentes em conflito com

a lei e às/aos seus/suas familiares, junto aos órgãos do Estado e do Distrito Federal responsáveis pela execução das medidas socioeducativas.

É importante salientar que a execução de um programa de medidas socioeducativas, que atenda às normas e orientações contidas no ECA e no SINASE, deve manter relações institucionais com ações integradas para que os procedimentos sejam adequados à legislação específica.

O IDP ressalta que as ações desenvolvidas nas unidades de atendimento socioeducativo, conforme conteúdos dos cadernos orientadores, têm como objetivo fundamental o desenvolvimento estruturado, organizado, qualificado, centrado na ação socioeducativa. O processo conta ainda com uma gestão planejada, seguida de sistemática avaliação democrática atendendo ao eixo pedagógico de atendimento personalizado, respeitando as individualidades, oportunizando o desenvolvimento das competências pessoal e social e o exercício pleno da cidadania.



Pedagogia das socioemancipação

- Prefácio
- Apresentação
- Introdução
- Pressupostos teóricos
- Pedagogia da Socioemancipação
- Visão
- Missão
- Metas
- Objetivos gerais
- Objetivos específicos
- Públicos-alvo
- Referências bibliográficas

Modelo de Gestão IDP para Aplicação de Medidas Socioeducativas

- Regras mínimas das nações unidas para a proteção dos/das jovens privados/as de liberdade
- HYPERLINK "<https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/vivTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed>"
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984)
- Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)
- Sistema socioeducativo
- Fundamentos pedagógicos
- Manual de funções para uma instituição socioeducativa
- Bases sociopedagógicas das medidas socioeducativas
- Adolescência e medidas socioeducativas
- Conhecendo e compreendendo o/a adolescente em conflito com a lei

Medida Socioeducativa em Regime Provisório**Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida**

- Proposta pedagógica
- Operacionalização da proposta pedagógica
- Protagonistas do processo
- Sistema de intervenção por micro-famílias
- Eixo de formação "social e pessoal"
- Módulos do processo pedagógico
- Indicadores de avaliação do processo
- Rotinas
- Bibliografia

Medida Socioeducativa de Semiliberdade

- Proposta pedagógica
- Operacionalização da proposta pedagógica
- Eixos de formação "pessoal e social"
- Fases do processo
- Áreas de intervenção socioeducativa
- Segurança
- Sistema de avaliação
- Bibliografia

Medida Socioeducativa de Internação

- Diretrizes
- Fundamento Teórico- Metodológico
- Projeto Pedagógico
- Sistema de Intervenção por Níveis
- Sistema de avaliação
- Operacionalização
- Desenvolvimento das atividades diárias
- Segurança institucional
- Trabalho com as famílias
- Regimento interno
- Código de ética
- Comissão Disciplinar
- Manual de procedimentos
- Instrumentais

Comunidade Terapêutica para Atendimento de Dependentes Químicos**Medida Socioeducativa de Semiliberdade**

- Caso CIAGO
- Instrumentais para internação
- Curso de formação para socioeducadores

3

Missão

Desenvolver e oferecer, por meio da Pedagogia da Socioemancipação, em gestão com os governos estaduais e do Distrito Federal, atendimento integral especializado a jovens em conflito com a lei e a suas famílias, baseado nos dispositivos das Nações Unidas para o atendimento de adolescentes em medidas socioeducativas, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o propósito de facilitar a convivência sadia e a inclusão familiar e na sociedade observando sempre as dimensões biopsicossocial e transcendente dos/das adolescentes em conflito com a lei.

4

Visão

Transformar em referência nacional, em médio prazo, por meio da Pedagogia da Socioemancipação, a operacionalização das unidades de atendimento das medidas socioeducativas com inovação de propostas de intervenção, com foco na inserção do/da adolescente como sujeito principal desse cenário. Criar oportunidades para o desenvolvimento pessoal e social desses/as jovens utilizando os princípios da transdisciplinariedade e interdisciplinariedade (pesquisa, sistematização e a integração dos processos) que auxiliarão o contínuo desenvolvimento das políticas de atendimento socioeducativo no Brasil.

5

Públicos-alvo

Atendimento especializado diurno a adolescentes dos sexos masculino e feminino na faixa etária de 12 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos, em cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude, bem como às suas respectivas famílias, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.


6

Diretrizes

O Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional (IDP) toma como base as próprias diretrizes do SINASE para estabelecer as suas, sendo elas as que seguem abaixo:

- Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios.
- Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo.
- Participação dos/das adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas.
- Respeito à singularidade do/da adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa.
- Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao/à adolescente durante o atendimento socioeducativo.
- Diretividade no processo socioeducativo.
- Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa.
- Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional.
- Organização espacial e funcional das unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o/a adolescente.
- Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica.
- Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa.
- Formação continuada dos atores sociais.





MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA

1

Públicos-alvo

Atendimento especializado diurno a adolescentes dos sexos masculino e feminino, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, que foram apreendidos/as por autoridade policial em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente e que aguardam julgamento.

2

Metas

Atender adolescentes de sexo masculino e feminino que se encontram privados da liberdade aguardando sentença da autoridade judicial, realizando um programa de intervenção pedagógica que possibilite a reflexão e conscientização acerca do ato infracional cometido e da sua trajetória de vida.

Implementação da Pedagogia da Socioemancipação estruturada a partir da necessidade dos/as socioeducandos/as na perspectiva de reduzir a incidência do (de) ato infracional.

3

Objetivo geral

Desenvolver estratégias sociopedagógicas de atendimento integral a adolescentes em conflito com a lei que por cometerem atos infracionais estão sendo indiciados por autoridade judiciária e se encontram aguardando medida socioeducativa que melhor adequa ao perfil do adolescente e ao ato praticado, oferecendo-lhes trato digno e humano, garantindo seus direitos, levando-os a assumir de forma consciente e responsável a medida socioeducativa que poderia ser imposta pelo/a juiz/a.

4

Objetivos específicos

- Possibilitar espaços que permitam à/ao adolescente refletir acerca do ato infracional cometido e sobre seu estilo de vida até o presente momento.
- Motivar e estimular a/o adolescente a assumir, com responsabilidade a medida socioeducativa imposta pelo/a juiz/a, garantindo acompanhamento familiar e a realização de atividades pedagógicas que favoreçam a sua efetiva inclusão na sociedade.
- Restabelecer e fortalecer os vínculos familiares, motivando as famílias ao acompanhamento do/da adolescente no processo socioeducativo, tornando-as co-responsáveis pelo futuro do/da mesmo/a.
- Sugerir à autoridade judiciária, por meio de relatórios elaborados por equipes técnicas, a aplicação de medidas socioeducativas que favoreçam o desenvolvimento biopsicossocial do/da adolescente, de acordo com o perfil identificado no diagnóstico.
- Estabelecer rotinas diárias que permitam a realização de atividades formativas como escola, oficinas, esporte e lazer, objetivando a criação de costumes sadios nos/nas adolescentes, além de uma adequada utilização do seu tempo, evitando a ociosidade.
- Realização de intervenções individuais e grupais por parte das equipes técnicas para diagnosticar a real situação do/da adolescente e da família, com vistas à elaboração de relatório que poderá servir de base para orientação da próxima equipe ou família, para onde possivelmente o/a adolescente será encaminhado.

5

Intervenção Sociopedagógica

O sistema de intervenção sociopedagógica para internação provisória deve definir as linhas gerais de atuação dos atores envolvidos, garantindo o desenvolvimento das atividades pedagógicas como ferramenta fundamental no processo de inclusão dos/das adolescentes em conflito com a lei que estão aguardando sentença judicial.

Todas as atividades previstas devem ser planejadas em igualdade de condições para todos/as e devem favorecer a observação, a análise do comportamento e as atitudes assumidas pelos/as adolescentes. Essa ação facilitará, sobremaneira, uma melhor aplicação dos instrumentais técnicos por parte dos/das profissionais para obtenção de dados para o diagnóstico.

Dentro do processo sociopedagógico, para maior e melhor interação e conhecimento profundo do/da adolescente, é de fundamental importância a presença permanente das equipes intereducativas.

6

Fundamento teórico metodológico

A proposta pedagógica de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas precisa ser desenvolvida sob o prisma do atendimento integral inter-relacionando o aspecto educativo ao terapêutico. Ela precisa estar sólida para atender às necessidades e auxiliar na superação das dificuldades dos/das socioeducandos/das, preparando-os/as para sua convivência familiar, comunitária e social.

A ação pedagógica deve viabilizar o desenvolvimento da auto-estima do/da adolescente. Além disso, deve estimular a aquisição de uma visão de mundo que permita uma profunda reflexão para que seja compreendida a necessidade de relacionar-se com a família, a comunidade e a sociedade como um todo. Todo esse processo, depende da ação pedagógica criar e oferecer condições necessárias para que ele/ela descubra e desenvolva seu potencial e valorize a sua contribuição na construção de uma sociedade melhor.

Seguindo os estudiosos da área, como o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa: *“Os valores devem ser mais do que transmitidos, vividos, por meio de práticas educativas e no curso dos acontecimentos. Como educadores, precisamos nos fazer presentes na vida dos educandos, de forma construtiva, emancipadora e solidária”*.

Paulo Freire indica que as intervenções devem ser pautadas e fundadas na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do/da educando/da com o objetivo de atender às necessidades de cada adolescente.

É importante destacar ainda que o processo pedagógico deve partir da compreensão de que adolescentes são seres em desenvolvimento vivendo desafios como a busca pela construção da identidade e do projeto de vida.

E foi a partir da visão de especialistas como Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa que o IDP definiu sua linha pedagógica. É preciso educar criando espaços para que o/a socioeducando/a possa empreender, com ajuda direta da equipe multidisciplinar, a construção e/ou definição de sua identidade conhecendo e podendo realizar suas potencialidades em termos pessoais e sociais.

Para o IDP, as intervenções devem proporcionar ao/à adolescente a compreensão de sua realidade para construir condições efetivas de sua inclusão social. Este processo deve ainda priorizar o atendimento das particularidades de cada adolescente dentro da ótica do desenvolvimento pessoal do ser humano.

A internação provisória é um procedimento aplicado antes da sentença, quando há indícios suficientes de autoria e materialidade do ato infracional, cometido pelo adolescente, conforme prevê o artigo 183 do ECA. Caracteriza-se pelo período de privação de liberdade, determinado pela autoridade judicial, com duração de até 45 dias, quando são realizados os estudos técnicos que subsidiam a aplicação da medida socioeducativa.

Durante este período de privação da liberdade o adolescente devera ser encaminhado para um local com espaço físico adequado, humanizado e seguro, atendendo as especificidades e as orientações do ECA e do SINASE.

O adolescente terá acesso e participará na execução de atividades previstas no projeto sociopedagógico institucional, que visem conscientizá-lo do ato infracional cometido, que o leve a pensar e analisar criticamente seus atos, além de prepará-lo para assumir com responsabilidade a medida socioeducativa que for imposta pelo juiz.

Garantir o respeito a seus direitos e o trato digno e humano são os eixos fundamentais da Pedagogia da Socioemancipação para o tempo de internação de até 45 dias, a proposta pedagógica propõe atividades formativas nas áreas de escola, oficinas, esporte, saúde, psicologia, assistência social, intervenções individuais, grupal e familiar, momentos espirituais entre outras.

Para alcançar o sucesso desta proposta sociopedagógica, o centro de internação Provisório deverá contar com uma equipe interdisciplinar preparada e treinada para contribuir neste processo socioemancipador dos adolescentes, tendo as condições humanas e profissionais para acompanhar, orientar, apoiar e observar permanentemente as atitudes e comportamento dos adolescentes.

O Art. 108 do ECA diz, “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor “.

Sob essa premissa a proposta da internação provisória garante para os adolescentes e as famílias o respeito dos direitos e o trato digno, além de favorecer espaços que possibilitem seu desenvolvimento físico, mental e uma sadia convivência.

A finalidade deste projeto é Pedagógico e não meramente sancionatório, partindo da premissa de que o adolescente é uma pessoa em desenvolvimento, razão pela qual deve receber formação que o prepare para assumir a vida com responsabilidade, que desenvolva valores éticos e morais, respeito por si mesmo, pelos outros e pelas normas, além de possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades técnicas, escolares e sociais que propiciem condições para sua futura inclusão na família e na sociedade.

O projeto pedagógico para o provisório está em consonância com os princípios ordenadores do SINASE e contém os objetivos que se pretendem alcançar, o público-alvo, os fundamentos teóricos e metodológicos, as ações, o monitoramento e o sistema de avaliação além do recurso humano, todo encaminhado para garantir o sucesso, visando obter resultados positivos, sensibilizando e conscientizando aos adolescentes e suas famílias, mostrando para eles outras possibilidades e prepará-lo para a vida em comunidade.

Desta forma se sugere o trabalho de intervenção sociopedagógica com um atendimento integral, transformador e emancipador.

7

Projeto pedagógico e áreas de intervenção

O atendimento dos/das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, realizado pelo IDP, atende às orientações internacionais estabelecidas pelas Nações Unidas, ECA e SINASE. Está, associado à Pedagogia da Socioemancipação e seus eixos metodológicos se adequam a projetos técnicos de estados e da Justiça Federal, quando necessário.

O/A adolescente deve ser o centro das atenções da instituição, que significa ocupar lugar de destaque nas intenções e ações de todos os/as servidores/as. Isso se traduz no tratamento respeitoso e digno para a busca do conhecimento da realidade e das necessidades para poder demarcar limites, indicar caminhos e transmitir disciplina, elementos indispensáveis na intervenção socioeducativa.

O planejamento do trabalho deve ter, como foco principal, as necessidades, possibilidades e potencialidades de cada adolescente. Daí, a imperiosa necessidade da realização de uma intervenção sistêmica e sistemática, que abranja os seguintes componentes:

Família

O sucesso do processo socioeducativo do adolescente é garantido com a participação efetiva de componentes familiares, já que o conceito de família não é só a estrutura nuclear mas, também, qualquer pessoa que tenha vínculo afetivo com o adolescente como pai, mãe, irmãos, tios, avos, namorada, amigos, primos., e etc. É muito importante que qualquer um destes esteja disposto acompanhar o adolescente no processo.

O programa familiar é realizado por meio de encontros, reuniões de reflexão, assembleias, intervenções individuais, grupais e mistas, levando os participantes a compreenderem a situação real do adolescente e delas mesmas, orientar com relação às políticas públicas que as beneficiam, receber informação com relação a áreas de interesse social como: saúde, educação, esporte, emprego, profissionalização e a realização de palestras sobre Drogas, DST comunicação, Limites e Autoridade, entre outros. Estas atividades são programadas a partir das necessidades reais das famílias.

Fortalecer e preservar os vínculos afetivos e as relações familiares, melhorar a comunicação, resolver os conflitos de forma adequada e conhecer os fatores de risco e de proteção, são os objetivos fundamentais do programa de família.

Escola

A educação, além de ser um direito, é também um aspecto fundamental no processo evolutivo e de desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do adolescente. A continuidade e a permanência na escola é um fator de proteção que pode afastar o/a adolescente do mundo de exclusão e da marginalidade, oferecendo-lhes maiores oportunidades e possibilidades de escolha, já que, segundo estudos e pesquisas realizadas, uma porcentagem muito alta de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas não freqüentavam a escola no período em que cometeram ato infracional.

Neste sentido, o SINASE orienta oferecer atividades que estimulem a aproximação com a escola. Nos casos em que o/a adolescente esteja regularmente freqüentando a rede oficial, é importante que seja estabelecido contato imediato com a escola de origem para que o/a adolescente tenha acesso ao conteúdo formal mesmo durante o período de internação provisória e que desenvolva metodologia específica que garanta abordagens curriculares correspondentes com o nível de ensino, de forma a adequar-se ao tempo de permanência de internação.

Esporte Cultura e Lazer

Além de ser um direito que toda criança e adolescente tem, as atividades esportivas, culturais e de lazer trazem consigo muitos benefícios para o desenvolvimento físico, mental e social do ser humano. O que se pretende com este projeto é que o/a adolescente possa potencializar habilidades artísticas, esportivas e lúdicas que

Ihe permitam romper com processos alienantes, propiciando uma comunicação e transformação de forma gratificante para a reafirmação de suas condições pessoais e o despertar da sensibilidade e motivação para fazer do esporte e da recreação um fator de desenvolvimento.

As ações a serem desenvolvidas no processo são: campeonatos de futsal, basquete, voleibol, aulas de desenvolvimento motor, avaliações físicas, dança, teatro, etc. O projeto pedagógico contempla e garante a realização dessas atividades com a utilização adequada dos espaços físicos existentes.

Espiritualidade

O processo socioeducativo prevê, dentro dos componentes do desenvolvimento do ser humano, trabalhar o tema da espiritualidade.

Espiritualidade é a dimensão do ser que traduz o modo de viver, trata-se da busca da relação plena com o transcendente de forma a estimular a produção de uma mudança interior. É reconhecer em si a vida e a mesma vida, em tudo e em todos.

Pretende-se que o/a adolescente realize processos que possibilitem o reencontro consigo mesmo/a e com as outras pessoas. A partir disso que ele/ela possa agir de acordo com valores que dão sentido à sua existência; a consolidação de princípios espirituais, de criação de um código ético, moral; e dar sentido positivo à sua vida, procurando autenticidade e fortaleza nas crenças espirituais.

As ações a serem desenvolvidas na área são a formação de valores como a misericórdia, o perdão, a solidariedade, o amor, o serviço e a tolerância, entre outros. As técnicas utilizadas serão os momentos de reflexões individuais e grupais, leituras, cultos, etc. Cabe ressaltar que isto deve ser dentro da opção individual da fé ou crença de cada adolescente. O fundamental dentro do processo da espiritualidade será o resgate do amor próprio, o respeito humano e o sentido à vida dos/das adolescentes.

Oficinas Profissionalizantes

O objetivo principal das oficinas profissionalizantes, além da capacitação, motivação para o exercício profissional e a preparação para o mundo do trabalho, é que o/a adolescente reflita sobre as atitudes que tem frente ao início da profissionalização. Ele/ela deve passar a reconhecer o valor que esta tem para seu bem-estar físico, mental e social e para uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo habilidades e responsabilidades para o trabalho onde se reafirme como uma pessoa útil e produtiva.

Em virtude do pouco tempo da internação provisória, as oficinas profissionalizantes devem criar motivação, gerar a necessidade e despertar o interesse dos/das adolescentes para dar continuidade aos cursos. As ações a serem desenvolvidas são oficinas de informática, serigrafia, artesanato e outras que possibilitem a formação de valores como responsabilidade, compromisso, honestidade, etc.

Saúde

A unidade de internação provisória deve garantir assistência integral e o serviço básico de saúde às/aos adolescentes e, ainda, fazer encaminhamento para o atendimento especializado sempre que se fizer necessário. A equipe deste setor deve realizar a triagem que possibilite fazer o diagnóstico das condições de saúde em que se encontra o/a adolescente quando ingressar na instituição.

Os/As profissionais deste setor devem proporcionar atividades educativas que favoreçam os seguintes aspectos:

- Adequada informação sobre a educação em saúde.
- Hábitos de vida saudável e cultura do auto-cuidado.
- Estimulo e orientação para desenvolver hábitos de higiene e cuidados pessoais e do ambiente.
- Prevenções de doenças, uso e abuso de álcool, drogas e doenças sexualmente transmissíveis (DST/Aids).

Todos os atendimentos devem ser registrados nos instrumentais e farão parte da pasta de intervenção do/da adolescente.

Atendimento Psicossocioterapêutico

Todo/a adolescente tem direito a atendimento psicossocioterapêutico, pelo menos, uma vez por semana por cada técnico/a, quer individual e/ou grupal e que envolverá também a família que será tratada com especial atenção.

Esses atendimentos devem estar em consonância com a proposta pedagógica do centro. São planejados pela equipe técnica e podem ser solicitados pelos/as adolescentes.

Entre as atribuições dos/das socioeducadores/as, psicólogos/as e assistentes sociais no trabalho interdisciplinar de atendimento aos adolescentes estão:

- Realizar pré diagnóstico dos/das adolescentes.
- Analisar junto ao Serviço Social as dificuldades e avanços dos adolescentes e propor alternativas de acompanhamento.
- Participar da recepção e acolhida do/da adolescente, sensibilizando-o e estimulando-o/a para integração à rotina, normas e regras da instituição socioeducativa.
- Orientar a equipe, quando necessário, a respeito das dificuldades dos/das adolescentes, respeitando sempre a ética da profissão.
- Marcar tratamento para o/a adolescente, a ser desenvolvido em casos especiais.
- Estruturar junto à equipe, alojamento, oficina e escola para o desenvolvimento de programas que auxiliem o/a adolescente em seu processo socioeducativo.
- Auxiliar o setor de Serviço Social para dar suporte às famílias dos/das adolescentes.
- Realizar acompanhamentos individuais e em grupo.
- Auxiliar no preparo e realização de momentos de conscientização e terapêuticos.
- Desenvolver atividades que favoreçam a adaptação dos/das adolescentes na instituição.
- Buscar informações detalhadas sobre a história, dinâmica familiar e trajetória de vida do/da socioeducando/da.
- Participar das equipes técnicas e dos estudos de casos.
- Elaborar relatórios técnicos a serem apresentados ao juizado.
- Promover trabalhos psicossociais facilitadores e motivacionais.
- Realizar entrevistas para avaliação de perfis dos/das adolescentes a serem encaminhados/as para outra instituição e manter contato com as equipes técnicas das mesmas instâncias, Juizado, Promotoria, etc. – no que diz respeito ao desenvolvimento do/da adolescente.

- Encaminhar o/a adolescente para psiquiatria, quando for necessário.
- Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias dos adolescentes.
- Organizar a acolhida e recepção dos/das socioeducandos na unidade.
- Programar e realizar encontros de família dentro da instituição.
- Propor e realizar atividades de integração entre família e adolescente.
- Viabilizar o primeiro contato com a família do/da adolescente que ingressa na instituição.
- Promover, semanalmente, contatos pessoais ou telefônicos dos adolescentes com suas famílias.
- Elaborar relatórios técnicos, de acordo com a necessidade da instituição.
- Participar das reuniões de equipe técnica e estudos de casos.
- Orientar, quando necessário, os/as socioeducadores/as a respeito das dificuldades do adolescente, respeitando a ética de sua profissão.
- Manter permanente contato com o psicólogo do/a adolescente, para um melhor trabalho em equipe.
- Realizar intervenções individuais e grupais com adolescentes.
- Favorecer a confecção de toda documentação dos/das adolescentes.
- Promover a inclusão dos/das socioeducandos/das nas atividades pedagógicas (escola, profissionalização, programas sociais, atividades recreativas e esportivas).
- Buscar estratégias teóricas e metodológicas para intervenções.
- Participar e realizar momentos terapêuticos.

Atendimento Especializado

O artigo 125 do ECA diz que “É dever do estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança”. Sob essa premissa e, tendo em conta o perfil dos/das adolescentes em conflito com a lei, a instituição deve determinar dois espaços adequados e com estrutura física satisfatória para o atendimento dos casos especiais e dando cumprimento ao artigo citado. Sendo um para o seguro e outro para a reflexão.

Seguro

O centro de internação provisória deverá contar com uma área de convivência protetora, cujo espaço é destinado para aqueles/as adolescentes que precisam ser resguardados da convivência coletiva, afim de preservação de sua integridade física e da própria vida. Isso, devido às graves dificuldades com outros/as adolescentes por rixas, guerras de gangues e também por atos relacionados à violência sexual.

Para os/as adolescentes que ingressarem no espaço são garantidas todas as atividades sociopedagógicas previstas pela instituição em iguais condições e com os mesmos direitos. Para estes adolescentes, ora em situação especial, são oferecidas instalações físicas satisfatórias, adequadas, humanizadas, totalmente seguras e com equipes interdisciplinares especializadas.

Reflexão


Espaço reservado para aqueles/as adolescentes que apresentam dificuldades com a disciplina imposta e no cumprimento das normas institucionais. Conforme o SINASE, a disciplina deve ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico, tornando o ambiente socioeducativo um pólo irradiador de cultura e conhecimento e não ser vista apenas como um instrumento de manutenção da ordem institucional.

Tendo em conta o perfil dos/das adolescentes em conflito com a lei que geralmente apresentam dificuldades com normas, autoridade e limites para resolver seus conflitos de forma adequada, todos costumam apresentar quadros de impulsividade, agressividade, imediatismo e outros, o que torna ainda mais difícil o processo de adaptação dentro da unidade.

Prevendo situações como essas, a instituição deve contar com um espaço reservado para o atendimento de adolescentes que representem risco para uma convivência sadia.

Para se encaminhar um/a adolescente para este espaço, primeiro deve ser avaliada a situação do/da mesmo pelo comitê disciplinar que, posteriormente vai definir o tipo de sanção e a periodicidade, conforme o manual de sanções disciplinares. Cabe à equipe técnica realizar o trabalho de intervenção pedagógica que leve a/o adolescente refletir sobre a dificuldade apresentada.

Cumprе ressaltar que, o processo socioeducativo visa mudar essas atitudes comportamentais dos/das adolescentes e minimizar, ao máximo, o uso deste espaço de reflexão.



MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

1

Públicos-alvo

Atendimento especializado diurno a adolescentes dos sexos masculino e feminino na faixa etária de 12 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos, em cumprimento de medidas socioeducativas aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude, bem como às suas respectivas famílias, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

2

Metas

Atender a adolescentes dos sexos masculino e feminino cumpridores/as de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação, bem como ministrar cursos de capacitação para operadores/as das medidas socioeducativas, implementação da Pedagogia da Socioemancipação estruturada a partir da necessidade dos/as socioeducandos, na perspectiva de reduzir a incidência da delinquência infanto-juvenil, por meio da integração e da socialização de experiências entre as instituições

3

Objetivo geral

Garantir à/ao adolescente em conflito com a lei em cumprimento de medida socioeducativa o exercício de seus direitos fundamentais preconizados no ECA, por meio de um processo formativo axiológico que desenvolva sua vontade e razão na lógica da humanização pretendida pela educação, sendo protagonista da mesma, mediante os aprendizados sociais de sadio crescimento e convivência e mediante o desenvolvimento de competências cognitivas, motoras, afetivas, emocionais e evolutivas.

4

Objetivos específicos

- Oferecer à/ao adolescente os elementos necessários para seu crescimento progressivo, desenvolvendo o projeto socioeducativo mediante os níveis de crescimento.
- Propiciar à/ao adolescente a aquisição de valores pondo em marcha, em cada nível, o projeto socioeducativo de acordo com a idade, a complexão física e os atos infracionais do/da adolescente.
- Propiciar à/ao adolescente atendimento socioterapêutico, a partir da interação equipe-adolescente.
- Oferecer à/ao adolescente a oportunidade de capacitar-se acadêmica e profissionalmente organizando programas, adequados em aulas e oficinas.
- Propiciar à/ao adolescente, nas áreas específicas da saúde, assistência médica, odontológica e nutricional, os tratamentos requeridos.
- Vincular a família no processo de crescimento pessoal do/da adolescente planejando visitas domiciliares além de outras intervenções e encontros com a mesma.
- Propiciar à/ao adolescente o ressurgimento de valores integrando-o/a no processo socioeducativo com atividades lúdico-esportivas e culturais e na reformulação do seu projeto de vida desde o começo da medida de internação até sua finalização e inclusão no meio sociofamiliar.

5

Sistema de intervenção por níveis

O sistema de intervenção delinea a atuação a partir de um modelo socioeducativo próprio no qual as ações se enquadram dentro dos eixos de formação pessoal e social. Cada eixo contém vários componentes que orientam o processo socioeducativo e contribuem para alcançar os objetivos propostos.

Cada componente se desenvolve em três níveis de crescimento por meio do alcance de objetivos com estratégias básicas de intervenção e indicadores de avaliação que evidenciam os avanços obtidos pelo/a adolescente.

O sistema parte do reconhecimento de “quem somos”, “onde estamos”, “o que queremos” e “como vamos conseguir”. A coerência entre os elementos do sistema garante a eficiência e a eficácia nos serviços que oferece o IDP nas unidades de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

6

Fundamento teórico metodológico

A proposta pedagógica de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas precisa ser desenvolvida sob o prisma do atendimento integral inter-relacionando o aspecto educativo ao terapêutico. Ela precisa estar sólida para atender as necessidades e auxiliar na superação das dificuldades dos/das socioeducandos/das, preparando-os/as para sua convivência familiar, comunitária e social.

A ação pedagógica deve viabilizar o desenvolvimento da auto-estima do/da adolescente. Além disso, deve estimular a aquisição de uma visão de mundo que permita uma profunda reflexão para que seja compreendida a necessidade de relacionar-se com a família, a comunidade, e a sociedade como um todo. Todo esse processo depende da ação pedagógica criar e oferecer condições necessárias para que ele/ela descubra e desenvolva seu potencial e valorize a sua contribuição na construção de uma sociedade melhor.

Seguindo os estudiosos da área, como o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa: *“Os valores devem ser mais do que transmitidos, vividos, por meio de práticas educativas e no curso dos acontecimentos. Como educadores, precisamos nos fazer presentes na vida dos educandos, de forma construtiva, emancipadora e solidária”*.

Paulo Freire indica que as intervenções devem ser pautadas e fundadas na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do/da educando/da com o objetivo de atender as necessidades de cada adolescente.

É importante destacar ainda que o processo pedagógico deve partir da compreensão de que adolescentes são seres em desenvolvimento vivendo desafios como a busca pela construção da identidade e do projeto de vida.

E foi a partir da visão de especialistas como Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa que o IDP definiu sua linha pedagógica. É preciso educar criando espaços para que o/a socioeducando/a possa empreender, com ajuda direta da equipe multidisciplinar, a construção e/ou definição de sua identidade conhecendo e podendo realizar suas potencialidades em termos pessoais e sociais.

Para o Instituto, as intervenções devem proporcionar ao/à adolescente a compreensão de sua realidade para construir condições efetivas de sua inclusão social. Este processo deve ainda priorizar o atendimento das particularidades de cada adolescente dentro da ótica do desenvolvimento pessoal do ser humano.

7

Projeto pedagógico por níveis

O atendimento dos/das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa realizado pelo IDP atende as orientações internacionais das Nações Unidas, do ECA e do SINASE. Está ainda associado à Pedagogia da Socioemancipação – seus eixos metodológicos – e adequa-se a projetos técnicos de Estados e da Justiça Federal, quando se faz necessário.

Processo de intervenção por níveis

O processo de intervenção socioeducativa e terapêutica do IDP tem uma estrutura por níveis de crescimento personalizados. É estruturado a partir de um enfoque sistêmico, que permite a evolução do/da adolescente nas diferentes áreas de atuação e favorece a realização de uma caminhada com a família, que começa no acolhimento e segue até a inclusão no meio familiar e social.

Esse modelo tem como objetivo atender o/a adolescente e sua família nas áreas pessoal, familiar e social. Ele possibilita um trabalho de intervenção que estimula o exercício enquanto sujeitos sociais, com autoconfiança, autonomia, liderança e responsabilidade.

Os tempos de permanência em cada nível são pré determinados, o progresso e a evolução dependem das conquistas alcançadas, que são avaliadas periodicamente pela equipe técnica. O processo do começo ao fim visa favorecer a elaboração do projeto de vida de cada adolescente estimulando uma verdadeira mudança de perspectiva para ele/a.

Conheça abaixo a organização da estrutura pedagógica dos três níveis de crescimento:

Nível 1: Família Novo Amanhecer

É o 1º nível do processo socioeducativo quando o/a adolescente ingressa na Instituição. Nesse momento, o objetivo fundamental é motivar para que ele/ela assuma o processo com compromisso e responsabilidade.

O primeiro momento é muito importante. O acolhimento é feito pela equipe técnica de forma calorosa e respeitosa, passando para o/a adolescente tranquilidade e segurança. São apresentados à/ao jovem a importância de fazer o processo e quais são os objetivos para ele/ela e sua família nesse período.

Nesse nível, o/a adolescente precisará conhecer o manual de convivência, com ênfase na disciplina, visando a uma boa convivência institucional. Depois de alcançados os objetivos, a equipe técnica, por meio de avaliação, determina o progresso para o 2º nível. Do trabalho feito nesse nível depende o sucesso do processo socioeducativo.

Objetivo Geral

Favorecer espaços e mecanismos pedagógicos para a intervenção individual e grupal dos/das adolescentes e suas famílias possibilitando a identificação das dificuldades por meio dos eixos de formação pessoal e social para dar início à construção do Plano de Atendimento Individual (PIA).

Objetivos Específicos

- Motivar o/a adolescente e sua família para realizar o processo com responsabilidade e compromisso.
- Realizar atividades pedagógicas e terapêuticas que permitam desenvolver os aspectos nos eixos pessoal e social dos/das adolescentes.
- Garantir o acesso a todos os níveis da educação formal e realizar a respectiva matrícula.
- Difundir o manual de convivência entre os/as adolescentes e as famílias para ter um melhor entendimento da dinâmica institucional.

- Fazer o diagnóstico por parte da equipe técnica para a construção do Plano de Atendimento Individual (PIA).
- Estimular o autoconhecimento e o cuidado consigo mesmo aumentando a auto-estima do/da adolescente.
- Envolver a família no processo socioeducativo do/da adolescente, permitindo restabelecer os vínculos, melhorar a comunicação, a confiança e resolver os conflitos de forma adequada.
- Criar consciência da importância da profissionalização na melhora de qualidade de vida e na geração de renda.
- Realizar a triagem para avaliar o estado de saúde dos/das adolescentes.

Atividades

- Entrevista inicial.
- Recepção e acolhida do/da adolescente pela coordenação ou direção.
- Fazer uma apresentação dos diferentes níveis do processo socioeducativo.
- Apresentação da equipe técnica.
- Percurso e conhecimento das instalações físicas da Instituição.
- Conhecimento do relatório encaminhado pela instituição de atendimento provisório.
- Preenchimento da ficha de acolhimento pelos/as técnicos/as.
- Visita domiciliar para contato de conhecimento e diagnóstico familiar.
- Criação do pré-diagnóstico pela equipe técnica.
- Aprendizagem das normas institucionais.
- Participação das atividades sociopedagógicas.
- Participação parcial nas atividades da escola e oficinas.
- Avaliação de conhecimentos e matrícula escolar.
- O/A adolescente recebe uma cartilha com o manual de normas e sobre o processo sociopedagógico da Instituição.
- Abrir pastas com registro das intervenções feitas pela equipe técnica.
- Avaliações semanais do processo socioeducativo pelas equipes técnicas.
- Composição de equipes técnicas para estudos de caso.
- Atendimento planejado dos/das profissionais da equipe técnica, intervenções individuais e grupais com os/as adolescentes e as famílias.
- Participação e rodízio nas oficinas profissionalizantes.
- Realização das atividades lúdicas, esportivas e culturais.
- Atividades e encontros espirituais de acordo com a crença do/da adolescente.

- Reestruturação do projeto de vida (essa atividade é feita durante todo o processo).
- Grupos multifamiliares.

Nível 2: Família Novo Horizonte

Depois de conquistados os objetivos do 1º nível, o/a adolescente ingressa ao nível 2 onde continuam sendo reforçados os aspectos do nível anterior e são analisadas mais profundamente as dificuldades e potencialidades identificadas a nível pessoal, familiar e social tendo como base o PIA. Após alcançados os objetivos, a equipe técnica, por meio de avaliação, decide a promoção para o 3º nível do processo.

Objetivo Geral

Desenvolver estratégias pedagógicas e terapêuticas que permitam aprofundar as análises das dificuldades identificadas nos eixos pessoal e social dos/das adolescentes e suas famílias, oferecendo-lhes alternativas de solução para superá-las.

Objetivos Específicos

- Realizar atividades que possibilitem o aprofundamento nas intervenções individuais e grupais com os/as adolescentes e suas famílias.
- Promover atividades que privilegiem a escolarização e a profissionalização.
- Favorecer espaços que permitam a autonomia e autoconfiança dos/das adolescentes para orientá-los/las de forma efetiva e eficaz.
- Estimular o desenvolvimento nos/nas adolescentes das competências de ser e de conviver como aspectos fundamentais na construção do projeto de vida.
- Possibilitar espaços que permitam ao/à adolescente projetar a liderança dentro da instituição com seus/suas colegas e familiares.
- Dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoamento nos aspectos dos eixos pessoal e social.
- Estimular a consciência da importância das normas e dos limites como fundamentos para a harmonia e uma melhor vida em comunidade.
- Realizar relatórios técnicos e estudos de caso dos/das adolescentes para encaminhá-los ao/à juiz/a.
- Dar continuidade à elaboração do PIA atualizando os dados e estabelecendo novas metas.

Atividades

- Todas as atividades realizadas no 1º nível.
- Segunda visita domiciliar.
- Elaboração do relatório para o/a juiz/a.
- Rodízio das atividades profissionalizantes e escolares com avaliação da equipe técnica.
- Maior entrosamento das famílias no processo socioeducativo. Acrescentar as relações familiares por meio das intervenções da assistência familiar (conversas, encontros familiares, etc.).
- Avaliação geral do/da adolescente e revisão da construção do projeto de vida.
- Acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Nível 3: Família Nova Vida

Último nível do processo de intervenção, onde o/a adolescente já tem consciência de responsabilidade pelo seu crescimento e mudança. Aqui ele/ela encontra a capacidade de identificar o que está certo ou errado nos vários aspectos de sua vida, sabe fazer as escolhas certas e tem critério para as tomadas de decisões. Nesse nível, são propiciados espaços gradativos para a realização de atividades pedagógicas externas junto à família, procurando uma boa inserção na sociedade.

Todo o processo socioeducativo visa garantir a inclusão do/da adolescente no meio familiar, social e de trabalho. É por isso que o IDP trabalha para oferecer espaços de autonomia, liderança, confiança e responsabilidade.

Objetivo Geral

Intensificar as intervenções pedagógicas e terapêuticas criando ações que envolvam a família e a comunidade, possibilitando ao/à adolescente saídas pedagógicas que favoreçam gradativamente sua inclusão na família e na sociedade permitindo-lhe desenvolver seu projeto de vida.

Objetivos Específicos

- Dar continuidade às intervenções individuais e grupais que permitam trabalhar as dificuldades e situações ainda não resolvidas pelo/a adolescente.

- Encontrar junto com o/a adolescente as alternativas para resolver os conflitos de forma assertiva para um melhor convívio na família e na sociedade.
- Preparar a família para o retorno do/da adolescente, compreendendo a importância de estabelecer normas, limites e uma boa comunicação.
- Estimular a conscientização do/da adolescente sobre os fatores de risco e de proteção na família e na sociedade.
- Favorecer espaços de autonomia e liderança dentro e fora da instituição
- Fortalecer, por meio das atividades pedagógicas, valores como: responsabilidade, liderança, autonomia, confiança, tolerância, disciplina e respeito.
- Avaliar as conquistas alcançadas ao longo do processo realizando o reforço positivo junto ao/à adolescente.
- Realizar atividades com a comunidade favorecendo a inclusão do/da jovem na mesma.
- Realizar último relatório avaliativo e encaminhá-lo para o/a juiz/a sugerindo liberação ou progressão da medida dependendo das necessidades reais apresentadas pelo/a adolescente e sua família.

Atividades

1. Todas as atividades dos níveis anteriores.
2. Diálogo da equipe técnica com a família.
3. Início gradativo dos contatos com o ambiente externo de trabalho e atividades sociopedagógicas.
4. Fortalecimento do trabalho sociofamiliar.
5. Acompanhamento em atividades escolares e profissionalizantes fora da Instituição.
6. Avaliação com a família das atividades externas.
7. Visita domiciliar como preparação e início do retorno familiar.
8. Finais de semana com a família e saídas sistemáticas com autorização do juizado.
9. Encaminhamento para o estágio profissionalizante supervisionado.
10. Equipe técnica de estudo de caso para o desligamento.
11. Elaboração de relatórios avaliativos para o/a juiz/a.
12. Participação das atividades externas e de representação da Instituição com autorização do/da juiz/a.
13. Saídas pedagógicas externas com acompanhamento e avaliação da Instituição.
14. Estudo vocacional para o curso externo e complementação do projeto de vida.

CASA AUTONOMIA

Última fase do processo socioeducativo

A casa de autonomia é uma resposta a um dos principais objetivos do IDP onde a principal preocupação com os/as adolescentes que saem da medida de internação é que estejam preparados/as para uma vida em sociedade e tenham a capacidade de assumir um emprego com responsabilidade. Que eles/elas queiram e possam dar continuidade a sua formação acadêmica e, sem temor, possam expressar seus sentimentos e necessidades, positivas e negativas, além de resolver seus conflitos e agir de uma forma adequada e com maturidade.

É aqui que a Instituição, por meio da equipe técnica, avalia para ver se o/a adolescente e sua família têm se sensibilizado com o trabalho socioeducativo. A finalidade é oferecer um espaço dentro da Instituição que demonstre que os/as adolescentes ganharam autonomia e capacidade suficiente para solucionar problemas, desenvolver suas potencialidades e definir claramente o seu projeto de vida.

Nessa fase é primordial um aprofundamento nas áreas acadêmica e profissionalizante. O/A adolescente gradualmente vai se desligando da medida de internação para desenvolver-se num espaço de autonomia, onde ele possa e deva tomar suas próprias decisões e se vincular, gradativamente ao seu núcleo familiar e social. Esse espaço contribui para que o processo de retorno à sociedade ocorra com qualidade de vida, com oportunidades e possibilidades diferentes, das que o/a jovem teve antes de começar seu processo socioeducativo.

É importante acentuar que o/a adolescente continua as atividades acadêmicas e profissionalizantes, mas agora com o propósito de fazer um estágio em alguma empresa fora da Instituição. Enquanto ele/ela continua essas atividades, recebe um acompanhamento psicossocial e pedagógico para dar continuidade ao processo socioeducativo de internação até a sua desvinculação, tal como descreve o ECA em seu Art. 92 VIII. Como pré-requisitos para ingressar nesta fase final do processo socioeducativo - na casa de autonomia – os/as adolescentes passam por uma série de testes com o intuito de medir suas potencialidades, aptidões e crescimento dentro da medida de internação.

O/A adolescente será preparado/a para se iniciar no meio social com habilidades básicas que correspondam às demandas do mercado de trabalho, a partir da formação e preparação recebida dentro da Instituição. O trabalho socioeducativo tem como resultado um amadurecimento das formações, profissionalizante e acadêmica, complementado com uma adequada orientação artístico-cultural e esportiva, que garante um processo integral.

O trabalho socioeducativo dentro da casa de autonomia é continuidade do projeto pedagógico da Instituição, só que nesta, são formadas microfamílias. Trata-se de uma estratégia pedagógica e metodológica grupal orientada a estimular nos/nas adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação a aquisição de responsabilidade, autonomia, tolerância, solidariedade e umas das questões primordiais que é o trabalho em equipe.

A experiência permite desenvolver e criar capacidades para a tomada de decisões, o trabalho em equipe e a aquisição de critérios próprios. A intenção é que o/a adolescente passe a assumir as próprias responsabilidades e deveres, a procurar uma adequada solução de conflitos e problemas familiares e sociais. A convivência viabilizada pela metodologia tende a desenvolver as habilidades comunicativas complementadas com adequadas relações interpessoais e de liderança.

Prossegue o processo pedagógico, continuando com os eixos de formação pessoal e social que vêm sendo desenvolvidos durante todo o processo. Na operacionalização são formados grupos de trabalho de cinco ou seis adolescentes, com a finalidade de criar um ambiente familiar, cumprindo uma série de funções de acordo com as necessidades de convivência e onde cada um/a deve assumir sua responsabilidade específica a ser avaliada a cada dia e semana, conforme será descrito no próximo tópico.

Uma vez terminado o processo socioeducativo na casa, com seu respectivo plano de atendimento individual (PIA), e a respectiva orientação profissional, o/a adolescente será posto/a à disposição da Vara da Infância e Juventude, para uma progressão de medida e pode assim ser inserido/a no mercado de trabalho. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional (IDP) fará intermediação para garantir que as/os adolescentes que estão terminando o processo socioeducativo de internação possam ter maiores oportunidades na aquisição de um emprego.

Para a intermediação será feita uma campanha de divulgação por parte do IDP com empresários/as de Brasília, gerando assim, um banco de dados com o perfil ocupacional dos/das adolescentes, com as possibilidades de emprego existentes no mercado. Da mesma forma será realizado levantamento de oportunidades de trabalho em outros meios como anúncios de jornais, em pequenas empresas e no sistema nacional de emprego (SINE). O/A adolescente será apresentado ao mercado de trabalho mediante a elaboração de um adequado currículo, que será oferecido para as diferentes empresas, colégios e universidades do DF, bem como toda a documentação que se fizer necessária.

Funcionamento da Casa Autonomia

Responsabilidades delegadas às/aos adolescentes

COORDENADOR/A GERAL DA MICRO-FAMÍLIA

A responsabilidade valor fundamental da auto-formação

- É responsável pelo bom funcionamento de sua micro-família, ajuda seus/suas colegas motivando o valor da responsabilidade, pois é o primeiro cargo da auto-formação, por isso é indispensável que assuma sua função de uma maneira crítica e honesta.
- Ele/Ela é o/a líder da pequena micro-família e, junto ao/à socioeducador/a, o/a responsável em criar estratégias que favoreçam o bem estar da turma para o desenvolvimento da responsabilidade e da autonomia.
- Acompanha seus/suas colegas na superação das dificuldades inerentes às suas funções.
- Nas avaliações semanais é quem informa o rendimento e desempenho de seus/suas colegas para o/a profissional responsável.
- O/A coordenador/a geral da micro-família possui principalmente autoridade moral, motiva e avalia o desempenho das funções e cargos de seus/suas colegas. Avalia o valor da responsabilidade própria por meio do cumprimento dos compromissos e da participação nas atividades programadas.
- É o/a responsável por dinamizar a liderança de seus/suas colegas levando em consideração as responsabilidades e perfis de cada um/a.
- Encaminha as distintas demandas de sua micro-família para o/a profissional responsável.

SUB-COORDENADOR/A DA MICRO- FAMÍLIA

Das atividades diárias ao projeto de vida

- Avalia as responsabilidades do/a coordenador/a geral.
- É o/a responsável pelo crescimento pessoal e comunitário dos/das integrantes da sua micro-família.
- Supervisiona para que cada um/a dos/das integrantes avalie seus avanços e dificuldades e planeje alternativas frente às mesmas.
- Motiva seus/suas colegas na vontade diária da mudança real.
- Motiva a participação em atividades planejadas pelo programa.

COORDENADOR/A DE CONVIVÊNCIA DA MICRO-FAMÍLIA

Educar para viver com os/as outros/as

- Motiva seus/suas colegas para uma ótima relação, igualmente para que exista entre eles/elas uma boa comunicação tendo em conta todas as micro-famílias.
- Cuida das relações interpessoais e serve de mediador/a para a solução de conflitos.
- Propicia a aceitação do/da outro/a e facilita a integração de todos/as os/as adolescentes que cumprem a medida socioeducativa.
- Propõe e promove atividades esportivas dentro e fora do programa.
- Garante o trato cordial e evita amizades negativas, cumplicidade, reforços negativos e desonestidades.
- Avalia e intervém nos conflitos.
- Avalia o uso adequado do vocabulário exigindo que não sejam mal educados/as.
- Sua função fundamental é a resolução de conflitos, favorecendo que todos/as os/as adolescentes se eduquem para a convivência e estimem os valores.

COORDENADOR/A DE EDUCAÇÃO DA MICRO-FAMÍLIA

Habilidade para a vida

- Cuida da boa educação, da apresentação pessoal, corrige quando for necessário.
- Cuida da saúde e da higiene pessoal supervisionando a limpeza diária.
- Motiva o uso de bons costumes disciplina nos distintos espaços do programa.

COORDENADOR/A ACADÊMICO E PROFISIONALIZANTE DA MICRO-FAMÍLIA

Produtividade: garantia de integração social

- É o/a responsável pelo aproveitamento do tempo e o desempenho acadêmico profissionalizante da micro-família.
- Motiva o cumprimento das tarefas e trabalhos bem como a ordem dos mesmos.
- Junto ao/à profissional responsável, desenvolve estratégias de melhoramento acadêmico especialmente para os/as adolescentes que têm problemas no aprendizado.
- Cuida do desempenho acadêmico de seus/suas colegas dentro e fora do estabelecimento educativo onde cursam suas respectivas séries.
- Comunica ao/à profissional responsável sobre os avanços acadêmicos e profissionalizantes alcançados no interior da micro-família.
- Está sempre atento às necessidades de seus/suas colegas, como material escolar e de trabalho.

ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS

Casa de Integração – Espaço de Reflexão

O objetivo do espaço de Reflexão é atender adolescentes que, por algum motivo relevante em seu processo (ação realizada por ele/a), deve ficar separado da turma e fazer trabalhos diferenciados com o objetivo de se conscientizar em relação àquele motivo. Objetivamente corresponde a um momento de reflexão com o objetivo de conscientização sobre a falta cometida.

O espaço deve ser a última opção a ser utilizada na dinâmica institucional. Sua conotação não deverá ser de castigo, mas de um lugar de reflexão e controle dos impulsos do/da jovem que não consegue resolver os conflitos com seus/suas colegas, socioeducadores/as e as demais pessoas da Instituição, de forma assertiva e pró-ativa.

Conforme o ECA, em seu Artigo 125, a instituição poderá “adotar medidas adequadas de contenção e segurança” que visem preservar a “integridade física e mental do Jovem”. Caso a conduta do/a jovem em Reflexão recomende a aplicação do Artigo 125, a Instituição tomará as medidas legais cabíveis para tal. Havendo necessidade do uso da força necessária “sem excessos”, para evitar auto-agressão e garantir a integridade física do/da jovem, esse procedimento será adotado pelo **menor tempo possível**.

Considerando o previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 124, incisos VII e VIII e § 1º, o jovem em Reflexão não ficará privado da visita ou ligação telefônica para sua família.

Nesse processo, é a comissão disciplinar que define o tempo de permanência de acordo com a classificação da falta cometida. A equipe técnica define o trabalho de reflexão a ser realizado garantindo os direitos do/a adolescente, o respeito e o trato digno para que a reflexão alcance os resultados desejados no menor tempo possível.

Objetivo Geral

Fazer um atendimento específico para adolescentes que apresentam problemas de integração com seu/suas parceiros/as nas turmas e problemas de adaptação à proposta socioeducativa.

Objetivos Específicos

- Fazer estudo de caso para garantir atendimento personalizado de acordo com as necessidades de cada adolescente.
- Propiciar as ferramentas necessárias para que o/a adolescente aceite a proposta pedagógica socioeducativa e retorne às turmas, melhorando o seu convívio com os/as outros/as adolescentes e membros da instituição.
- Discutir as normas e regras da instituição para que o/a adolescente com trabalho pedagógico e terapêutico reconheça e aceite a proposta pedagógica.

Procedimentos operacionais da Casa de Internação

- Promover saídas para atividades físicas em horários estabelecidos e com orientação da equipe técnica.
- Participação das atividades acadêmicas de escola, atendimento pedagógico feito pela equipe técnica e atendimentos de saúde são direitos do/da adolescente em Reflexão.
- Intensificação do atendimento psicossocial para detectar o problema e orientar o/a adolescente e a família quanto à necessidade de mudança para se incorporar de novo nas atividades cotidianas de escola, oficinas, esporte, lazer, etc.
- Registro das intervenções e das atitudes dos/das adolescentes nos instrumentos técnicos deste atendimento.

CASA SOLIDARIEDADE – SEGURO

Espaço reservado para adolescentes que por alguma situação especial não podem ficar junto com os/as demais. Como objetivo fundamental encontra-se reservar a integridade física e a vida dos/as mesmos/as.

O processo de intervenção socioeducativa garante para o/a adolescente a realização de todas as atividades a que tem direito. O trato digno, o respeito e as atividades que favoreçam o seu desenvolvimento devem fazer parte da rotina diária. O/A adolescente participa do mesmo processo evolutivo por níveis de crescimento em espaços e horários exclusivos para ele/ela.



MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE

1

Públicos-alvo

Atendimento especializado diurno a adolescentes dos sexos masculino e feminino na faixa etária de 12 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos, encaminhados pelo juiz da Vara da Infância e a Juventude para cumprimento de um processo socioeducativo na medida de Semiliberdade, atendidos em espaço físico caracterizado como uma moradia familiar, com capacidade de até dezoito adolescentes, sendo o processo vinculado às famílias e à comunidade, conforme termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2

Metas

Desenvolver Planos de Ações Pedagógicas e Terapêuticas para os adolescentes em conflito com a lei, em cumprimento da Medida Sócioeducativa de Semiliberdade, para sua efetiva socialização na família e na sociedade, com o firme propósito da formação de líderes, autônomos, responsáveis e capazes de se relacionarem consigo mesmos e com os outros na perspectiva da redução e incidência da delinquência infanto-juvenil.

3

Objetivo geral

Garantir ao adolescente em cumprimento de Medida Sócioeducativa de Semiliberdade, a participação numa estrutura Psicopedagógica e terapêutica onde ele, como protagonista, possa refletir sobre mudança, visando uma reestruturação de sua vida, elabore seu projeto de vida coerente com as necessidades identificadas nos eixos pessoal e social, possibilitando, assim, estabelecimento de relações positivas na família e na sociedade, levando-o a uma efetiva e eficiente inclusão social.

4

Objetivos específicos

- Exercer influência positiva sobre a mudança no estilo de vida do adolescente e da família, por meio de intervenções mistas.
- Criar consciência da importância da escola e da profissionalização na melhoria da qualidade de vida e geração de renda.
- Garantir o acesso a todos os níveis da educação formal, realizando a respectiva matrícula
- Realizar atividades esportivas recreativas, culturais e de lazer na comunidade como fatores de proteção e de inclusão social.
- Criar parcerias com órgãos governamentais e trabalho em rede com entidades educativas, esportivas, de saúde e comunitárias.
- Realizar atividades externas na comunidade com acompanhamento da equipe técnica com o intuito de incluí-lo gradativamente no meio social
- Envolver a família no processo Socioeducativo do adolescente, permitindo restabelecer os vínculos, melhorar a comunicação, a confiança e resolver os conflitos de forma adequada.
- Criar consciência da importância das normas e dos limites como fundamentos para a harmonia, e uma melhor vida em sociedade.
- Ensinar, por meio das atividades pedagógicas, valores como: responsabilidade, liderança, autonomia, confiança, tolerância, disciplina, igualdade e respeito.
- Realizar atividades pedagógicas e terapêuticas que permitam refletir acerca de sua sexualidade, uso e/ou abuso de drogas, normas, limites, emoções, sentimentos, culpas e dores, entre outras
- Criar hábitos e cumprimento de horários e responsabilidades através da jornada pedagógica.
- Gerar espaços de liderança na comunidade realizando atividades relacionadas ao meio ambiente, esportes e outras que envolvam a comunidade.

5

Intervenção Sociopedagógica

Os sistemas de intervenções propostos para a Medida de Semiliberdade se enquadram dentro das orientações do SINASE, e se enfocam dentro de dois grandes eixos de formação pessoal e social. Estes eixos abrangem componentes que, de forma sistêmica e sistemática, envolvem aspectos fundamentais no desenvolvimento humano. O adolescente será atendido integralmente nestes aspectos, os quais serão avaliados, identificando as dificuldades e as potencialidades por meio do Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada um. As avaliações e acompanhamentos serão permanentes e executados pela técnica.

Estes eixos e seus componentes entram numa estrutura por fases de crescimento pessoal que, de forma progressiva, leva o adolescente a realizar um processo socioeducativo, coerente e gradativo, o qual terá ênfase na realização de atividades externas que permitam a integração do adolescente com o meio social. A coerência entre os elementos do sistema garante a eficiência e a eficácia nos serviços que o IDP oferece nas unidades de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

6

Fundamento teórico metodológico

A proposta pedagógica que se apresenta para a medida socioeducativa de Semiliberdade encontra-se enquadrada dentro da legislação do Estatuto de Criança e do Adolescente (ECA) e está em consonância com os parâmetros orientadores do SINASE.

Segundo o art. 120 do ECA. “O regime de Semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente da autorização judicial, sendo obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade”.

A implementação da proposta visa, primordialmente, desenvolver um projeto de atendimento Socioeducativo aos adolescentes que são encaminhados pelo juiz da Vara da Infância e da Juventude (VIJ). A medida não comporta prazo determinado. É uma medida restritiva de liberdade e está sujeita aos princípios da excepcionalidade, brevidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A proposta se caracteriza por ter um modelo humanista, na qual se garante o trato digno e humano para o adolescente onde, além de respeitar todos os seus direitos, se pretende formar cidadãos responsáveis, conhecedores de seus direitos e conscientes de seus deveres e com responsabilidade social.

A ênfase da proposta está na realização de atividades externas de escola, profissionalização, esportiva e comunitária, Independentemente da autorização judicial; sendo estas orientadas e acompanhadas pela equipe técnica do centro. A sua

execução prevê espaços e programas diferenciados para os adolescentes tanto de progressão de medida e os oriúndos da primeira medida.

O espaço físico destinado ao programa é caracterizado como uma moradia que deve reproduzir o modelo de uma residência. Sua condição visa proporcionar um ambiente socioeducacional que permita ao adolescente desenvolver um novo código de convivência, mas que também lhe ofereça condições quanto à sua segurança pessoal, com limites espaciais definidos que lhe garantam proteção.

A proposta pedagógica se estrutura em dois eixos: o pessoal e o social, os quais abrangem aspectos como: emocional, espiritual, sexual, cognitivo, saúde, escola, profissionalização, família, comunidade, esporte, lazer e meio ambiente, os quais são desenvolvidos numa estrutura de três fases de crescimento pessoal.

Garante-se para o desenvolvimento dos eixos, atendimento individual e grupal para adolescentes e famílias, realizado por equipe técnica e com frequência mínima semanal, a fim de possibilitar a identificação das dificuldades e fortalezas encontradas a nível pessoal, familiar e social, facilitando a elaboração do Plano de Atendimento Individual (PIA), tendo em conta as necessidades reais nos aspectos pessoais e sociais dos adolescentes.

A estrutura pedagógica foi elaborada para exercer influência positiva sobre a vida do adolescente e favorecer a realização do seu projeto de vida. O trabalho em rede e a criação de parcerias são determinantes na adequada inclusão do adolescente na família e na sociedade, evitando e/ou minimizando as possíveis reincidências.

A proposta socioeducativa foi desenvolvida no sentido de criar situações que permitam a manifestação das potencialidades e possibilidades concretas de crescimento pessoal e social do adolescente.

Terminado o processo Socioeducativo, se espera que o adolescente seja uma pessoa responsável, solidária, autônoma, tolerante, disciplinada, líder positivo, consciente do que está certo e do que está errado, com critérios na tomada de decisões; com capacidade de trabalhar em grupo, de analisar problemas, de resolver conflito de forma pacífica, de avaliar e ser avaliado, de saber ser e conviver com os vínculos familiares e sociais estabelecidos e preparados para o mundo do trabalho.

A proposta pedagógica prevê o sistema de avaliação diário, semanal de fase e de conclusão de processo do adolescente.

A proposta pedagógica de atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas precisa ser desenvolvida sob o prisma do atendimento integral inter-relacionando o aspecto educativo ao terapêutico. Ela precisa estar sólida para atender às necessidades e auxiliar na superação das dificuldades dos/das socioeducandos/das, preparando-os/as para sua convivência familiar, comunitária e social.

A ação pedagógica deve viabilizar o desenvolvimento da auto-estima do/da adolescente. Além disso, deve estimular a aquisição de uma visão de mundo que permita uma profunda reflexão para que seja compreendida a necessidade de relacionar-se com a família, a comunidade, e a sociedade como um todo. Todo esse processo depende da ação pedagógica criar e oferecer condições necessárias para que ele/ela descubra e desenvolva seu potencial e valorize a sua contribuição na construção de uma sociedade melhor.

Seguindo os estudiosos da área, como o Professor Antônio Carlos Gomes da Costa: *“Os valores devem ser mais do que transmitidos, vividos, por meio de práticas educativas e no curso dos acontecimentos. Como educadores, precisamos nos fazer presentes na vida dos educandos, de forma construtiva, emancipadora e solidária”*.

Paulo Freire indica que as intervenções devem ser pautadas e fundadas na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do/da educando/da com o objetivo de atender as necessidades de cada adolescente.

É importante destacar, ainda, que o processo pedagógico deve partir da compreensão de que adolescentes são seres em desenvolvimento, vivendo desafios como a busca pela construção da identidade e do projeto de vida.

E foi a partir da visão de especialistas como Paulo Freire e Antonio Carlos Gomes da Costa que o IDP definiu sua linha pedagógica. É preciso educar criando espaços para que o/a socioeducando/a possa empreender, com ajuda direta da equipe multidisciplinar, a construção e/ou definição de sua identidade conhecendo e podendo realizar suas potencialidades em termos pessoais e sociais.

Para o Instituto, as intervenções devem proporcionar ao/à adolescente a compreensão de sua realidade para construir condições efetivas de sua inclusão social. Este processo deve ainda priorizar o atendimento das particularidades de cada adolescente dentro da ótica do desenvolvimento pessoal do ser humano.

7

Projeto Pedagógico e Áreas de Intervenção

O atendimento dos/das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa realizado pelo IDP atende às orientações internacionais das Nações Unidas, do ECA e do SINASE. Está ainda associado à Pedagogia da Socioemancipação, seus eixos metodológicos e adequa-se a projetos técnicos de estados e da Justiça Federal, quando se faz necessário.

As ações do IDP na área das medidas socioeducativas fazem parte de um plano de trabalho, com modalidades diferentes de atendimento, de acordo com a especificidade. Todos os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas são alvos de ações protetivas e socializadoras, sempre garantindo seus direitos e procurando sua inclusão na sociedade.

A proposta pedagógica do IDP para os adolescentes em medida socioeducativa de Semiliberdade será operacionalizada e desenvolvida pela equipe técnica da unidade, através de um planejamento sistemático das ações previstas nos eixos de formação pessoal e social, dentro da estrutura das fases de crescimento, favorecendo a execução das rotinas que permita alcançar as metas e os objetivos propostos. O impacto e os resultados serão avaliados permanentemente.

O adolescente deve ser o centro de atenção da instituição, isto significa ocupar o lugar de destaque na atenção, nas intenções e nas ações de todos os servidores, além disso, significa ser tratado com respeito e dignidade e conhecer sua realidade e suas necessidades para poder demarcar limites, indicar caminhos e transmitir disciplina, que são elementos indispensáveis da intervenção socioeducativa. O planejamento do trabalho deve ter como foco principal as necessidades, possibilidades e potencialidades de cada adolescente, daí a imperiosa necessidade de realizar uma intervenção sistêmica e sistemática que abranja os seguintes componentes:

ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO

Todo adolescente tem direito ao atendimento psicoterapêutico de pelo menos uma vez por semana por cada técnico, sendo este individual e grupal, envolvendo também a família, a qual deve ser dedicada especial atenção.

Estes atendimentos devem estar em consonância com a proposta pedagógica do centro. São planejados por um técnico e pode ser solicitados pelos adolescentes.

Entre as atribuições dos socioeducadores, psicólogos e das assistentes sociais no trabalho interdisciplinar de atendimento aos adolescentes estão as atividades de:

- Realizar o pré diagnóstico dos adolescentes
- Analisar junto ao serviço social as dificuldades e avanços dos adolescentes e propor alternativas de acompanhamento
- Participar da recepção e acolhida sensibilizando e estimulando para a integração à rotina, normas e regras da instituição sócioeducativa
- Orientar a equipe quando necessário das dificuldades dos adolescentes, respeitando sempre a ética da profissão
- Marcar tratamento para o adolescente, a ser desenvolvido em casos especiais
- Estruturar junto à equipe, alojamento, oficina e escola, programas que auxiliem o adolescente em seu processo sócio educativo
- Auxiliar o setor Serviço Social dando suporte as famílias
- Realizar acompanhamento individual e em grupo
- Auxiliar no preparo e realizar dos momentos de conscientização e terapêuticos
- Desenvolver atividades com os adolescentes favorecendo sua adaptação na instituição
- Buscar informações detalhadas sobre a história e dinâmica familiar, trajetória de vida do socioeducando
- Participar das equipes técnicas e dos estudos de caso
- Elaborar relatórios técnicos a serem apresentados ao juizado
- Promover trabalhos psicossociais facilitadores e motivacionais
- Realizar entrevista para avaliação de perfil do adolescente a ser encaminhado para outra instituição e manter contato com as equipes técnicas das mesmas instancias, Juizado, Promotoria, etc., no que diz respeito ao desenvolvimento do adolescente
- Encaminhar o adolescente para psiquiatria quando for necessário

- Planejar e realizar visitas domiciliares às famílias dos adolescentes
- Organizar a acolhida e recepção dos sócioeducandos na unidade
- Programar e realizar os encontros de família dentro da instituição
- Propor e realizar atividade de integração entre família e adolescente
- Viabilizar o primeiro contato com a família do adolescente que ingressa na instituição
- Elaborar relatórios técnicos de acordo com a necessidade da instituição
- Participar das reuniões de equipe técnica e estudos de caso
- Orientar quando necessário os sócio educadores a respeito das dificuldades do adolescente, respeitando a ética de sua profissão
- Manter permanente contato e comunicação com o psicólogo do adolescente, para um melhor trabalho em equipe
- Realizar intervenções individuais e grupais com adolescentes
- Favorecer a confecção de toda documentação dos adolescentes
- Realizar inclusão dos socioeducandos nas atividades pedagógicas, escola, profissionalização, programas sociais, atividades recreativas e esportivas
- Buscar estratégias teóricas metodológicas para intervenção
- Participar e realizar momentos terapêuticos



MEDIDA DE LIBERDADE ASSISTIDA

1

Públicos-alvo

Atendimento especializado a adolescentes dos sexos masculino e feminino na faixa etária de 12 a 18 anos e excepcionalmente até 21 anos, em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida aplicadas pela Vara da Infância e da Juventude, bem como às suas respectivas famílias, nos termos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Especificidade da liberdade assistida onde o trabalho se realiza mediante o sistema Sociopedagógico de “*micro-famílias*” no contexto comunitário e social, comprometidos com a formação integral, ética, moral de crescimento pessoal e profissionalizante contribuindo para transformar o meio social integrado por adolescentes interessados em construir um projeto de vida socialmente aceito.

2

Metas

Ser a Liberdade Assistida um projeto líder na área de medidas sócio educativas acompanhando e orientando os adolescentes em sua formação pessoal e social e o aporte para a sociedade de adolescentes com grandes qualidades éticas morais e de princípios. O alcance de resultados para a meta proposta será obtido com o esforço e comprometimento da comunidade sócio educativa com o desenvolvimento sistemático do trabalho em “*micro-familias*” com implementação de valores sociais.

3

Objetivo geral

Garantir ao adolescente em conflito com a lei em cumprimento da medida de liberdade assistida o exercício de seus direitos fundamentais preconizados no ECA, por meio de um processo formativo integral consolidando-se como um programa sócio pedagógico que permita o trabalho interdisciplinar com o propósito de gerar em nossos usuários a reflexão de suas ações , a motivação e acompanhamento para o crescimento pessoal social e familiar .

4

Objetivos específicos

- Incentivar ao adolescente para assumir um processo reflexivo onde se responsabilize por suas ações e seja eficiente na solução das mesmas.
- Propiciar estratégias de motivação para lograr uma participação comunitária na solução de problemas sócio familiares.
- Garantir uma convivência organizada, participativa e transformadora
- Participar ativamente com a missão do IDP que se fundamenta na formação integral, adolescentes com princípios éticos e morais gestores de transformação social.
- Vincular a família no processo de crescimento pessoal contribuindo na sua formação e educação dando alternativas que contribuam para uma melhor convivência familiar e social.
- Propiciar ao adolescente a aquisição de valores pondo em marcha a estratégia pedagógica de micro famílias.
- Oferecer ao adolescente a oportunidade de capacitar-se acadêmica e profissionalizante organizando programas adequados e procurando parceiros tanto nas esferas públicas e privadas.
- Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientações e inserindo-os em programas de assistência social.
- Oferecer ao adolescente acompanhamento acadêmico e inserção no mercado de trabalho
- Contribuir para a redução e não reincidência do ato infracional praticado pelos adolescentes
- Acompanhar, através de equipe multidisciplinar, o cumprimento pelo adolescente da medida sócio-educativa aplicada, individual e/ou em grupos, avaliando o processo de ressocialização.
- Diagnosticar a situação do adolescente usuário ou dependente de substâncias entorpecentes para encaminhá-lo para o tratamento especializado dentro do mesmo instituto IDP.

5

Sistema de intervenção da liberdade assistida

As medidas Socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA exigem, de toda a sociedade ações para além do cumprimento de medidas legais, exigem mudança na compreensão da questão social da violência e as modalidades de intervenção posto que historicamente foram centradas na culpabilidade individual e penalização . O advento do ECA como lei garantidora da proteção integral remete ao paradigma do direito universal e específico, reconhecendo a criança e o adolescente como pessoa em desenvolvimento, sendo portanto participe do conjunto de responsáveis individuais e coletivas na ocorrência de episódios de atos infracionais.

A compreensão da incidência de adolescente envolvidas em atos infracionais necessita de estudos que levem em conta principalmente as vulnerabilidades socio-culturais e econômicas advindas da facilidade das políticas sociais básicas e políticas de proteção especial restando à política de medidas Socioeducativas o papel de prevenção em nível terciário.

Isso significa que sua execução necessita ter caráter Sociopedagógico emancipador visando à formação de responsabilidade social, repactuação de valores, posturas e fundamentalmente possibilitar o aprendizado das possibilidades de exercício da cidadania e construção de habilidades e perspectivas de vida desejosas de não reincidência.

O sistema de intervenção do IDP define os lineamentos de atuação por meio de um modelo socioeducativo próprio, suas áreas de intervenção se enquadram dentro dos eixos de formação pessoal e social. Cada eixo contém vários componentes que orientam o processo sócio-educativo e contribuem para alcançar os objetivos propostos.

Cada componente se desenvolve por meio de um acompanhamento de intervenção individual e intervenção grupal. Por meio de objetivos com estratégias básicas de intervenção e indicadores de avaliação que evidenciam os avanços obtidos pelo adolescente.

6

Protagonistas do projeto de liberdade assistida

Adolescência é um período de mudanças físicas caracterizado pelo ápice da busca da independência e da liberdade perante o mundo. Uma construção da sua identidade.

Ser adolescente é construir um mundo próprio, cheio de surpresas, conflitos, anseios e expectativas. Contestador, inquieto, crítico. Apresenta um nível de agressividade necessário para promover transformações, tornando-se mobilizador de mudanças sociais. Seu objetivo é retirar a inércia da sociedade e fazê-la movimentar-se dando visibilidade às problemáticas existentes em torno de seu mundo.

O despreparo da sociedade para canalizar toda a energia da adolescência constrói rótulos que marginalizam e julgam os atos ou atitudes deste público de forma individualizada e descontextualizada, não identificando e respeitando o período como transformador de si, de seu grupo e do seu mundo

A quase inexistência de políticas públicas capazes de potencializar o dinamismo da juventude, como também o oferecimento de serviços inadequados às suas necessidades, bem como o apoio às famílias, cria as condições propícias ao desenvolvimento de atitudes consideradas "anti-sociais" e em situações mais graves infracionais às regras existentes. Como resposta a qualquer comportamento que não condiz com o que é considerado "normal" utiliza-se a penalização e a punição como uma forma de "recuperar" o adolescente e sensibilizá-lo frente à situação atual que refletirá no seu projeto futuro. A meta da penalização é condicionar o comportamento do Adolescente e levá-lo a responder de acordo com o que é idealizado para ele e não com ele.

Aplicar a penalização é cultivar a ação – reação perante a violência não oportunizando ao adolescente responsabilizar-se pelo ato ocorrido, bem como todos os demais que ocorreram para tal. Ao aplicar “pena” desconsidera o adolescente como um ser histórico e que ao mesmo tempo em que é fruto das condições locais em que vive pode superar-se e propor rumos, fazendo opções e proposições do viver em sociedade.

Este projeto propõe trabalhar com a responsabilização é recriar e repactuar valores e conceitos sobre si mesmo, sobre o meio donde está inserido. É respeitar o desenvolvimento criador do ser humano, ponderar a ação cidadã responsável e respeitá-lo como pessoa em desenvolvimento com vistas a ser protagonista da sua própria vida e da coletividade, trabalhar com responsabilização é descobrir, exercitar e habilitar para o exercício do protagonismo na sua capacidade de ser, crer, criar, e viver feliz.

7

Processo de intervenção por módulos

O processo de intervenção Sócio Educativa e Terapêutica da Liberdade Assistida tem uma estrutura por módulos de crescimento personalizados desde um enfoque sistêmico, o que permite a evolução do adolescente nas diferentes áreas de atuação, que favorece o adolescente e a sua família na realização de uma caminhada que melhore seus estilos de vida.

Este modelo de intervenção tem por objetivo atender o adolescente e sua família nas áreas pessoal, familiar e social, possibilitando um trabalho de intervenção que favoreça o exercício enquanto sujeitos sociais, com autoconfiança, autonomia, liderança e responsabilidade.

O processo sócio educativo da liberdade assistida deve ser dinâmico e flexível atingindo as necessidades reais do público alvo.

Logo as atividades e objetivos propostos ao longo do processo têm que exercer influência sobre a vida do adolescente

Os tempos de permanência em cada modulo estão pré determinados, o progresso e a evolução depende das conquistas alcançadas, as quais são avaliadas periodicamente pela equipe técnica ,e importante ter clareza que o processo de começo a fim venha a favorecer a elaboração do projeto de vida .

A continuação se apresenta a estrutura pedagógica dos módulos de crescimento e do sistema de micro-famílias.

MÓDULO I

- O adolescente conhece o programa, se adapta a ele e se projeta para assumir os cargos da micro família com responsabilidade.

MÓDULO II

- O adolescente fortalece valores, melhora seus hábitos cotidianos e propicia autoridade moral dentro do programa.

MÓDULO III

- O adolescente explora suas problemáticas e busca alternativas pessoais, familiares e dos profissionais

MÓDULO IV

- O adolescente aprofunda suas experiências e inicia seu processo de autocontrole e auto-exigência.
- O adolescente reconhece sua própria realidade com debilidades e potencialidades.

MÓDULO V

- O adolescente trabalha problemáticas não resolvidas e se projeta com uma atitude positiva e de liderança
- O adolescente realiza introspecção e é criativo

MÓDULO VI

- O adolescente se reconhece a si mesmo com clareza
- O adolescente toma decisões e realiza seu projeto de vida
- O adolescente se desvincula de maneira progressiva e assistida do programa
- O adolescente se encontra estudando e trabalhando com acompanhamento e seguimento do IDP.

Uma vez terminado o processo por módulos o IDP e a sociedade pretende que o adolescente tenha o seguinte perfil:

- Reconhece e se encontra comprometido com o processo de crescimento pessoal.
- Tem capacidade para descobrir suas próprias fortalezas, dificuldades e promove alternativas de mudança em curto prazo.
- Tem iniciado uma vida de autonomia responsabilidade, e liberdade.

- É reforçado valores tais como: respeito confiança, dinamismo, honestidade, e comunicação.
- Conhece sua realidade pessoal, familiar, social
- Não depende de substâncias, pessoas, ou circunstâncias que alterem sua conduta.
- Aprofunda na comunicação e relação com as outras pessoas.
- Têm capacidade para compreender e relacionar aspectos da sua vida cotidiana com suas situações sociais





COMUNIDADE TERAPÊUTICA PARA TRATAMENTO DE SUSTANCIAS PSICOATIVAS

1

Introdução

Tendo como ponto de partida as experiências desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Profissional (IDP) que tem como um dos principais focos o trabalho de capacitação, reabilitação e profissionalização do indivíduo. Buscando métodos adequados e inovadores para atingir os melhores resultados, apresentamos a proposta de intervenção Psicossocioterapêutica, como alternativa para alcançar a reabilitação de jovens usuários de substâncias psicoativas (SPA).

A exclusão social e a ausência de assistência que atingem, os dependentes químicos de forma histórica e contínua na nossa sociedade, apontam para a necessidade da reversão de modelos terapêuticos, de modo a contemplar as reais necessidades da população, o que implica a disposição para atender igualmente ao direito de cada cidadão como indivíduo com potencialidades. Esta lógica de atendimento está contemplada no planejamento de ações que o IDP tem para a atenção integral às pessoas que sofrem de uso e abuso de substâncias psicoativas.

O problema de dependências químicas e não químicas tomou grande proporção em nossa sociedade. Isso se constata na ressonância de diversos segmentos da sociedade, pela relação comprovada entre o consumo e problemas na socialização, a prevenção e tratamento desta problemática constituem uma demanda mundial: de acordo com a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem e abusam substâncias psicoativas, independentemente da classe social da idade, sexo, nível de escolaridade e poder aquisitivo.

O instituto considera que quando se trata de dependências nada assume um caráter inevitável ao contrário, quando se constroem intervenções, planos de ação adequados visando sempre à promoção, prevenção e tratamento, na perspectiva de reinserção social a angustia causada por tal consumo tende a diminuir com grade impacto tanto a nível pessoal como social.

Nossa equipe constantemente esta procurando formas de produzir novas perspectivas de vida para aqueles que sofrem devido a suas dependências; Tal produção não ocorre somente pelo estabelecimento de planos ou propostas, e sim pela sua operacionalização no dia a dia do atendimento com responsabilidade social.

A experiência do IDP há contado com o apoio de muitas pessoas para implementar seus projetos eles tem uma visão científica e pedagógica para tal fim existem GTP (Grupo Técnicos de procedimentos) e GTI (Grupo Técnico de instrumentais) com o propósito de possibilitar o sucesso no atendimento.

Nossa clinica é um projeto Psicosocioterapeutico para a reabilitação e reinserção social de pessoas com problemas de drogas e de comportamento.

O epicentro do programa é a pessoa como protagonista de sua vida, de sua recuperação por tal motivo o ponto de tratamento não é a dependência sim não o ser humano como uma pessoa integral em continuo desenvolvimento.

O tratamento se fundamenta em os eixos de formação pessoal e social, o protagonista do programa precisa confrontar sua vida sua realidade sua condição e exigir dele que seja responsável e mais maturo com sua vida.

Refletindo o seu compromisso com a transformação social e a realização de um serviço de qualidade, o Instituto pretende que seus usuários passem da sua dependência para sua autonomia a nível pessoal, familiar e social para garantir sua adequada reinserção ao seu meio social como um individuo "normal" e sua dependência passe a ser mais uma pagina virada na sua vida.

Por meio do trabalho Psicosocioterapeutico se espera que o usuário seja capaz de aprender a desenvolver um estilo de vida sadio livre de drogas e de todo àquilo que não permite seu pleno desenvolvimento.

E necessário compreender o processo aditivo USO-ABUSO e dependência os transtornos pelo uso de substâncias e a neurobiologia da adição, o consumo de Substâncias Psicoativas (SPA) nos diversos países do mundo é muito amplo estimando-se uma prevalência de 100% para pelo menos uma experiência de consumo na vida.

O súbito e dramático incremento de SPA como a resposta da sociedade nos leva a aprofundar neste problema social, o uso de SPA em algumas pessoas os motiva ao “abuso” com um agravante apresentar problemas na saúde e na adaptação ao meio social; assim como a histeria foi o maior problema do século XIX, o abuso e dependência química é um dos grandes problemas de nosso século.

Por tal motivo o maior, desafio para o IDP é por a serviço de toda a comunidade de maneira oportuna e eficiente os diversos progressos no campo de adições o qual implica uma reorientação da intervenção a nível pessoal e social aproveitando diversas instancias de diagnostico precoce utilizando os recursos que oferece o atendimento primário e medico para a identificação, intervenção e acompanhamento nas nossas clinicas.

Temos que recuperar a qualidade de vida dos usuários de SPA, recuperar sua saúde, seu potencial profissional temos que oferecer uma intervenção oportuna, de fácil acesso e eficaz.

O IDP acredita no respeito do princípio da incompletude institucional, uma vez que cada instituição deve interagir e ter complementadas suas ações para que sejam alcançados os objetivos comuns. É importante salientar que a execução de um programa de tratamento de SPA, que atenda às normas e orientações das leis deve manter relações institucionais com ações integradas para que os procedimentos sejam adequados à legislação específica.

O IDP ressalta que as ações desenvolvidas nas unidades de atendimento, conforme conteúdos dos cadernos orientadores têm como objetivo fundamental o desenvolvimento estruturado, organizado, qualificado, centrado na ação Psicossocioeterapeutica. O processo conta ainda com uma gestão planejada, seguida de sistemática avaliação democrática atendendo ao eixo de atendimento personalizado, respeitando as individualidades, oportunizando o desenvolvimento das competências pessoal e social e o exercício pleno da cidadania.

Nada é demais quando se trata de prevenção e tratamento de dependências, portanto, contamos com profissionais idôneos cada um com seu núcleo específico de ação, mas apoiando-se mutuamente, alimentando-se enquanto a trans disciplinariedade e inter disciplinariedade criados assim métodos e acessos variados para acolher, encaminhar, prevenir, tratar, reconstruir a qualidade de vida, e assim criar efetivas alternativas de combate ao que, nas dependências, destrói a vida.

2

Missão

Atuar de forma eficiente e eficaz oferecendo tratamento Psicossocioterapêutico especializado de qualidade a toda a população com problemas de Uso e Abuso de SPA e outras dependências, igualmente a suas famílias. Por meio da Pedagogia da Socioemancipação, com abordagens terapêuticas capazes de motivar aos pacientes para novos estilos de vida, em gestão com os governos estaduais e do Distrito Federal, contribuindo para a formação de indivíduos éticos com valores humanísticos, com o propósito de facilitar a convivência sadia e a inclusão familiar e na sociedade observando sempre as dimensões biopsicossociais e transcendentais.

3

Públicos-alvo

Tratamento Involuntário (para que precisa e não aceita o tratamento)

Esta modalidade de tratamento está indicada para pessoas, de ambos os sexos, que precisam do tratamento, mas não concordam com a internação. Deve ser aplicado nos casos compulsivos, quando o dependente corre sérios riscos ou torna arriscada a vida de seus familiares.

Possuímos infra-estrutura adequada com muita qualidade, segurança e conforto, e uma equipe especializada.

Tratamento Voluntário (tratamento para pessoas que reconhecem que precisam de ajuda e aceitam o tratamento)

Para pacientes, de ambos os sexos, que precisam do tratamento-residente, e concordam com a ajuda profissional.

O acompanhamento é realizado por equipe de profissionais, treinados e capacitados, composta por médicos (psiquiatra e clínico), psicólogos, terapeutas, Pedagogos Reeducadores, consultores em dependências químicas, terapeutas ocupacionais, professores de educação física, monitores,

Enfermeiros e outros.

Tratamento Intensivo Ambulatorial

Programa Psicossocioterapêutico de curta duração, que reúne as etapas fundamentais num período mínimo de 15 a 30 dias de internação em unidade especializada e acompanhamento psicológico e terapêutico durante 90 dias.

Para os casos de pacientes que entendem que necessitam de ajuda profissional.

Tratamento Sem Internação- Prevenção

Programa Terapêutico sem internação, no qual a família pode acompanhar de perto e participar do processo, o que contribui significativamente para a rápida reabilitação do paciente.

4

Objetivo geral

Promover a qualidade de vida para o indivíduo e sua família a través da pedagogia da Socioemancipação e de procedimentos Psicossocioterapêuticos garantizando a sadia convivência entre os pares, aportar a sociedade uma rede de ajuda de recuperação procurando resgatar a cidadania buscando novas possibilidades de superação a nível pessoal, familiar e social de reabilitação física, psicológica, mental e reinserção social.

5

Objetivos específicos

- Oferecer atendimento diário, nas modalidades intensiva, semi-intensiva e não-intensiva, permitindo o planejamento psicossocioterapêutico dentro de uma perspectiva de atendimento individualizado e de evolução contínua, na da lógica de redução de danos.
- Possibilitar intervenções precoces, limitando o estigma associado ao consumo e tratamento de acordo com as necessidades do público alvo.
- Reconhecer, analisar e aprofundar na problemática presente na história de cada paciente, incluindo suas relações familiares e sociais, para facilitar a procura de alternativas de solução às situações de sua vida e a seus conflitos.
- Oferecer atendimento ambulatorial diária desenvolvendo uma gama de atividades que vão desde o atendimento individual (medicamentoso, Psicossocioterapêutico, de acompanhamento, entre outros), até atendimentos em grupo ou oficinas terapêuticas e visitas domiciliares.
- Utilizar recursos terapêuticos disponíveis na comunidade para promover, o mais amplamente possível, a reabilitação psicossocial e a reinserção social de nosso público alvo e suas famílias.
- Programar múltiplas estratégias voltadas para a diminuição da vulnerabilidade e redução dos fatores de risco, e fortalecimento dos fatores de proteção.

- Promover, mediante diversas ações (que envolvam trabalho, cultura, lazer, esclarecimento e educação da população), a reinserção social dos usuários do programa, utilizando estratégias conjuntas com as secretarias para o enfrentamento dos problemas sociais.
- Trabalhar a diminuição do estigma e preconceito relativos ao uso de substâncias psicoativas, mediante atividades de cunho preventivo e educativo.
- Gerenciar os casos, oferecendo cuidados personalizados Individual: Motivar, informar e capacitar ao jovem para que planejando adequadamente sua vida, possa superar sua problemática de adição e constituir-se num cidadão útil a si mesmo, a sua família e a sua comunidade.
- Diagnosticar, situar, e selecionar um plano de nivelção e reforço das áreas escolares, para logo afiançar tanto sua reinserção educativa como sua re-adaptação escolar.
- Treinar nas áreas específicas profissionalizantes através de oficinas de capacitação para o mercado do trabalho, vocacional e artístico como uma possibilidade concreta de melhoramento de sua qualidade de vida.
- Oferecer cuidados aos familiares dos usuários Re-adequando o funcionamento familiar para uma convivência interpessoal mais sadia e positiva para seus diferentes membros.
- Re-adequar comportamentos adaptativos para seu grupo social de referencia através da estrutura do programa pela qual avança o jovem e sua família.
- Oferecer um tratamento seqüencial de alternativas de aprendizagem lúdico-recreativo e cultural de forma progressiva, donde a interação com seu grupo de iguais e os membros dos sistemas familiares facilitem melhores alternativas de desenvolvimento humano.

6

Fundamento teórico metodológico

A realidade da nossa sociedade atual nos leva a refletir especialmente frente a certos problemas sociais ou na socialização, cada dia encontramos novos desafios no modo como certos temas são abordados, todo indica uma renovação frente às necessidades reais da sociedade de cada indivíduo, um plano de ação não aplica só apenas sua elaboração, mais sim para onde devem concorrer os diferentes procedimentos para isso temos diversos saberes e aportes teórico-técnicos. Assim, ao estabelecermos todo tipo de intervenção Psicossocioterapeutica encontramos: Diretrizes, Ações e Metas.

O Instituto tem entre seus princípios a perspectiva transversalizadora que permite um adequado tratamento do fenômeno contemporâneo de dependências de modo integral, e diversificado em ofertas terapêuticas preventivas, reabilitadoras, socioeducativas e promotoras de qualidade de vida.

O tema de dependências químicas e não químicas muitas vezes está associado à criminalidade e práticas anti-sociais e às ofertas de “tratamentos” induze muitas vezes a intervenções de exclusão, ou seja, separação do usuário do meio social em que se desenvolve o que é extremamente errado porque toda intervenção Psicossocioterapeutica tem que educar para a vida e uma vida em sociedade.

O atendimento integral que o Instituto preconiza em seu método psicossocioterapeutico compreende o desenvolvimento efetivo e contínuo de intervenções individuais e grupais que influenciem na trajetória de vida das pessoas, em outras palavras, aponta-se a necessidade de potencializar a prevenção, contrário à culpabilização do indivíduo, oferecendo subsídios para o enfrentamento da vulnerabilidade das pessoas que possuem dependência em geral e especialmente de populações mais vulneráveis, juntos dando uma mãozinha mudaremos esse

paradigma de “dependência” para novos cidadãos merecedores de direitos e exercício pleno da cidadania.

As dependências e suas manifestações afeta as pessoas e a sociedade de diferentes maneiras, por diferentes razões, em diferentes contextos e circunstâncias. Temos ainda atualmente presenciado o aparecimento de novas substâncias de abuso e novas formas de consumo, que adotam características próprias, para tratar tais dependências temos que estar preparados e imersos no contexto e assim reconhecer o consumidor, suas características e necessidades, exige a implementação de estratégias de contato e de vínculo com o dependente e seus familiares, para que se possa desenhar e implantar o PIA igualmente outras estratégias de prevenção, educação, tratamento e promoção adaptados às diferentes necessidades em cada sujeito, em cada história de vida de modo a construir novos olhares, novos dispositivos de intervenção.

O instituto resgata no seu projeto psicossocioterapêutico o verdadeiro sentido de uma clínica: o de “inclinarse” (klinikós), acolhendo o paciente e sua história, e o de produzir um desvio (clinamem) para produzir outra história, outra possibilidade de existência (Benevides, 2001). O que implica levar em conta a diversidade e especificidade dos grupos populacionais e das individualidades com seus modos próprios de adoecer e/ou representarem tal processo.

Em toda intervenção reeducativa prima o compromisso com a ética e a defesa da vida, a equipe técnica tem-se que colocar na condição de acolhimento, em que cada vida se expressará de uma maneira singular, mas também em que cada vida é expressão da história de muitas vidas, de um coletivo, quando se trata de cuidar de vidas humanas, temos necessariamente que lidar com as singularidades, com as diferentes possibilidades e escolhas que são feitas, igualmente devemos acolher sem preconceito ou julgamento, a cada usuário, o que é necessário, o que está sendo demandado, o que pode ser ofertado, o que deve ser feito, sempre estimulando a sua participação e sua socialização. Uma intervenção integral contribui a redução de danos, nos oferece um caminho promissório. Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida.

Os níveis de crescimento e os módulos nos quais o IDP fundamenta suas intervenções são no sentido de métodos, caminhos que estão vinculados a o direcionamento do tratamento isso implica aumentar o grau de liberdade, de co-responsabilidade daquele que está se tratando. Implica, por outro lado, o estabelecimento de vínculo com a equipe técnica que também passam a ser co-responsáveis pelos caminhos a serem construídos pela vida daquele usuário.

Na sociedade moderna existe uma tendência mundial que aponta para o uso cada vez mais precoce de substâncias psicoativas, incluindo o álcool, sendo que tal uso também ocorre de forma cada vez mais pesada. No Brasil, estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicoativas – CEBRID sobre o uso indevido de drogas por estudantes de 10 capitais brasileiras (Galduróz et. al., 1997) revelou um percentual altíssimo de adolescentes que já haviam feito uso de álcool na vida: 74,1%. Quanto a uso freqüente, e para a mesma amostra, chegamos a 14,7%. Ficou constatado que 19,5% dos estudantes faltaram à escola, após beber, e que 11,5% brigaram, sob o efeito do álcool.

Como fatores de risco, temos altos índices de abandono escolar, bem como o rompimento de outros laços sociais que reforçam a percepção pública deste uso como próximo ao crime, faltando à compreensão do fenômeno como reflexo de questões multifatoriais. Comparativamente a estudos semelhantes realizados anteriormente, com o mesmo rigor metodológico (o que permite algum nível comparativo, visto que se referem a grupos populacionais definidos), o uso freqüente de álcool aumentou em seis capitais, e o uso pesado (20 vezes ou mais por mês) aumentou em oito das dez capitais participantes do estudo.

Estudos como este encontram dificuldades para a sua replicação em ambientes escolares de natureza privada, o que se justifica por diversas razões; dentre elas, destacamos o temor (por parte de diretores e donos de escolas) de que, mediante divulgação indevida dos dados obtidos, estes estabelecimentos de ensino fiquem de alguma forma estigmatizados como locais nos quais haveria uma suposta facilitação ao uso de substâncias psicoativas, o que supostamente teria impacto indesejado sobre a credibilidade

Da escola, enquanto um espaço de formação de sujeitos, ao considerarmos crianças e adolescentes em situação de rua, vemos um agravamento da situação acima descrita, no tocante às substâncias psicoativas em geral apresento percentuais altíssimos de uso na vida, em todas as capitais pesquisadas, também de forma cada vez mais precoce e pesada.

Diversos estudos brasileiros realizado pelo CEBRID:

- Têm apontado o crescimento do consumo de álcool entre jovens dados do Levantamento sobre o Uso de Drogas com Estudantes de 1º e 2º Grau em 10 Capitais Brasileiras.
- Apontam que o uso de drogas psicotrópicas entre estudantes da rede pública de ensino vem aumentando significativamente, ao longo do período de 1987 a 2005, Nas camadas mais pobres da população, o uso de solventes e maconha é observado com freqüência, observa-se também o aumento no uso de ansiolíticos, anfetaminas e cocaína.
- observou-se aumento no consumo de 100% para os ansiolíticos; 150% para as anfetaminas; 325% para a maconha e 700% para a cocaína.

O Brasil conta com mais de 51 milhões de jovens na faixa etária dos 10 aos 24 anos de idade. Enfrentar o desafio de promover o desenvolvimento saudável da juventude requer a elaboração de políticas capazes de prover a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade, e a participação de todos os setores da sociedade o uso de drogas, inclusive álcool e tabaco, tem relação direta e indireta com uma série de agravos à saúde dos adolescentes e jovens, entre os quais destacam-se acidentes de trânsito, agressões, depressões clínicas e distúrbios de conduta, ao lado de comportamento de risco no âmbito sexual e transmissão do HIV pelo uso de drogas injetáveis e de outros problemas de saúde decorrentes dos componentes da substância ingerida, e das vias de administração.

Em todo o mundo, são evidentes os agravos decorrentes do uso indevido de substâncias psicoativas; também é de conhecimento público a crescente elevação dos custos decorrentes direta ou indiretamente de tal uso, o estigma, a exclusão, o preconceito, a discriminação e a desabilitação são ao mesmo tempo agravantes e conseqüências do uso indevido de álcool e drogas, isto também ocorre relativamente aos outros transtornos mentais. Em uma evidência constante no tempo, a elevação do consumo evolui de maneira proporcional ao crescimento da problemática psicossocial correlata, devidamente manifesta em todos os segmentos sociais; por sua vez, estes têm contribuído historicamente para o reforço negativo dos agravantes acima citados, fato amplamente comprovado ao analisarmos o despreparo global de todos (profissionais, pacientes e familiares, no geral) os envolvidos com questões decorrentes de tal uso (Crisp, 2000).

As conseqüências das dependências químicas e não químicas afetam, com considerável prejuízo, as nações do mundo inteiro, ultrapassando fronteiras, na medida em que a problemática inerente ao abuso e/ou dependência de drogas avança por todas as sociedades, envolvendo homens e mulheres de diferentes grupos étnicos, independentemente de classe social e econômica ou mesmo de idade, a prevenção voltada para o uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas pode ser definida como um processo de planejamento, implantação e implementação de múltiplas estratégias voltadas para a redução dos fatores de vulnerabilidade e risco específicos, e fortalecimento dos fatores de proteção.

Cada indivíduo constitui um campo de integração e inter-relação de vários fenômenos e de manifestação biopsicossocial, sendo ainda o local de entrecruzamento para estas variáveis. Por tal motivo temos que criar ações de prevenção e tratamento, na tentativa de reduzir ou eliminar uma possível influência de fatores sobre a vulnerabilidade e o risco para o uso abusivo e/ou dependência, cabe ratificar que, se estas práticas podem influenciar positiva ou negativamente o seu bem-estar, podendo ser qualificadas como fatores de proteção ou de risco para este uso indevido.

Fatores de risco e de proteção podem ser identificados em todos os domínios da vida: nos próprios indivíduos, em suas famílias, em seus pares, em suas escolas e nas comunidades, e em qualquer outro nível de convivência sócio-ambiental. É importante notar que tais fatores não se apresentam de forma estanque, havendo entre eles considerável transversalidade, e conseqüente variabilidade de influência.

Podemos identificar como principais fatores de risco baixa autoestima, falta de autocontrole e assertividade, comportamento anti-social precoce, doenças pré-existentes (ex.: transtorno de déficit de atenção e hiperatividade), e vulnerabilidade psicossocial. Como fatores de proteção, a apresentação de habilidades sociais, flexibilidade, habilidade em resolver problemas, facilidade de cooperar, autonomia, responsabilidade e comunicabilidade são os mais influentes, paralelamente à vinculação familiar-afetiva ou institucional. Quanto à família, vemos que o uso de álcool e outras drogas pelos pais é um fator de risco importante, assim como a ocorrência de isolamento social entre os membros da família. Também é negativamente influente um padrão familiar disfuncional, bem como a falta do elemento paterno. São considerados fatores de proteção a existência de vinculação familiar, com o desenvolvimento de valores e o compartilhamento de tarefas no lar, bem como a troca de informações entre os membros da família sobre as suas rotinas e práticas diárias; o cultivo de valores familiares, regras e rotinas domésticas também deve ser considerado, e viabilizado por meio da intensificação do contato entre os componentes de cada núcleo familiar.

No domínio das relações interpessoais, os principais fatores de risco são pares que usam drogas, ou ainda que aprovam e/ou valorizam o seu uso; a rejeição sistemática de regras, práticas ou atividades organizadas também é aqui considerada como um sinalizador. Ao contrário, pares que não usam álcool/drogas, e não aprovam ou valorizam o seu uso exercem influência positiva, o mesmo ocorrendo com aqueles envolvidos com atividades de qualquer ordem (recreativa, escolar, profissional, religiosa ou outras), que não envolvam o uso indevido de álcool e outras drogas. Nos ambientes de formação e aprendizado, ocorre o entrecruzamento de fatores de risco presentes em todos os outros domínios; em verdade, a escola é o ambiente em que boa parte (ou a maioria) destes fatores pode ser percebida. De qualquer forma, os maiores fatores de risco apresentados são a falta de habilidade de convivência com grupos e a disponibilidade de álcool e drogas na escola e nas redondezas; além disso, uma escola que apresente regras e papéis inconsistentes ou ambíguos com relação ao uso de drogas ou à conduta dos estudantes também vem por constituir importante fator de risco relativo ao uso de álcool e drogas.

Dentro destes fatores causais se destacam por sua importância os individuais, os psicológicos e os orgânicos. Entre eles as características da personalidade, assim como a tendência ou predisposição de alguns organismos a desenvolver dependência.

Neste problema é de vital importância o papel da família, pois ela determina a partir da primeira infância o estilo de vida do indivíduo. É ademais o primeiro sistema de educação e fonte de valores para a pessoa, de forma que nela recai a responsabilidade de manter uma coesão para favorecer o desenvolvimento humano e evitar problemas como a fãrmaco-dependência.

Como equipe tãcnica para trabalhar com pessoas com problemas de dependências temos que ter em conta:

- O aspecto multifatorial resultado de elementos individuais, familiares, sociais, econãmicos e culturais entre outros, os quais quando interagem colocam ao indivíduo em situaãõ de risco, nãõ sãõ para avanãar no processo de adiãõ a substâncias entorpecentes do sistema nervoso central, mas tãmbãõ hãã adquirir em idade cedo comportamentos nãõ adequados.
- Os fatores de proteãõ jãã que assim como em muitos casos a famãlia e os grupos iguais de idade sãõ os que causam os comportamentos disfuncionais, tãmbãõ é necessãrio reconhecer a forãa positiva que favorecem a recuperaãõ.
- O enfoque psicossocioterapêutico do processo faz que seja necessãrio programar atividades que abordem nesta forma os mãltiplos fatores a cada um dos membros do programa, seu protagonista. O enfoque terapêutico determina e inclui todas as possibilidades, que dentro da integraãõ de saberes e atores podem facilitar a verdadeira reabilitaãõ dos usuãrios de Substâncias Psicoativas (SPA).

Por tanto o trabalho Psicossocioterapêutico é estruturado de forma seqüencial com um enfoque sistãmico, a travãs do qual os membros e suas famãlias que assistem recebem alternativas terapêuticas do tipo preventivas a nãvel primãrio como uma resposta à problemãtica, intervenãõ que facilita o processo de reabilitaãõ do jovem atendido pelo programa.

Nosso modelo de intervenção intenta responder em forma simultaneamente aos aspectos clínicos, formativos (valores, escolar, e de trabalho), cultural (lúdico, recreação, lazer, esportivo), legal e social, oferecendo ao jovem e a sua família ou adulto responsável, alternativas de intervenção breve, de fácil aplicação e com um sistema de re-adequação constante, o qual apresenta uma estrutura de tratamento dinâmica e flexível, segundo suas características.

O plano de trabalho se estabelece numa estrutura progressiva com níveis e módulos de evolução: os quais facilitam tanto ao indivíduo como a sua família a realização de um processo seqüencial, com conquistas verificáveis em qualquer momento do processo.

Em cada nível pretende-se manter a motivação do indivíduo, da sua família e de seu apoio externo, para que consigam ser verdadeiros suportes mútuos nos momentos de conflito ou de crise durante o tratamento.

7

Sistema de intervenção psicossocioterapêutica por níveis

O sistema de intervenção delinea a atuação a partir de um modelo terapêutico próprio no qual as ações se enquadram dentro dos eixos de formação pessoal e social. Cada eixo contém vários componentes que orientam o processo de recuperação e contribuem para alcançar os objetivos propostos.

Cada componente se desenvolve em três níveis de crescimento por meio do alcance de objetivos com estratégias básicas de intervenção e indicadores de avaliação que evidenciam os avanços obtidos pelo/a paciente.

O sistema parte do reconhecimento de “quem somos”, “onde estamos”, “o que queremos” e “como vamos conseguir”. A coerência entre os elementos do sistema garante a eficiência e a eficácia nos serviços que oferece o IDP nas unidades de atendimento

8

Fundamento metodológico

A proposta Psicossocioterapêutica de atendimento precisa ser desenvolvida sob o prisma do atendimento integral inter-relacionando o aspecto educativo ao terapêutico. Ela precisa estar sólida para atender as necessidades e auxiliar na superação das dificuldades dos pacientes, preparando-os/as para sua convivência familiar, comunitária e social.

A ação pedagógica deve viabilizar o desenvolvimento da auto-estima do/da paciente. Além disso, deve estimular a aquisição de uma visão de mundo que permita uma profunda reflexão para que seja compreendida a necessidade de relacionar-se com a família, a comunidade, e a sociedade como um todo. Todo esse processo depende da ação pedagógica criar e oferecer condições necessárias para que ele/ela descubra e desenvolva seu potencial e valorize a sua contribuição na construção de uma sociedade melhor.

As intervenções devem ser pautadas e fundadas na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do/da paciente/da com o objetivo de atender as necessidades de cada usuário.

Para o Instituto, as intervenções devem proporcionar ao/à paciente a compreensão de sua realidade para construir condições efetivas de sua inclusão social. Este processo deve ainda priorizar o atendimento das particularidades de cada adolescente dentro da ótica do desenvolvimento pessoal do ser humano.

O processo deve garantir que ao pacientes estejam preparados/as para uma vida em sociedade e tenham a capacidade de assumir um emprego com responsabilidade. Que eles/elas queiram e possam dar continuidade a sua formação acadêmica e, sem temor, possam expressar seus sentimentos e necessidades, positivas e negativas, além de resolver seus conflitos e agir de uma forma adequada e com maturidade.

É aqui que a Instituição, por meio da equipe técnica, avalia para ver se o/a paciente e sua família têm se sensibilizado com o trabalho terapêutico. Que demonstre que os/as pacientes ganharam autonomia e capacidade suficiente para solucionar problemas, desenvolver suas potencialidades e definir claramente o seu projeto de vida.

O/A paciente gradualmente vai se desligando da clínica para desenvolver-se num espaço de autonomia, onde ele possa e deva tomar suas próprias decisões e se vincular, gradativamente ao seu núcleo familiar e social. Esse espaço contribui para que o processo de retorno à sociedade ocorra com qualidade de vida, com oportunidades e possibilidades diferentes, das que o/a paciente teve antes de começar seu processo de desintoxicação e recuperação.

O trabalho Psicosocioterapêutico da nossa clínica se estrutura em três níveis de crescimento com um valor agregado são formadas, micro famílias. Trata-se de uma estratégia pedagógica e metodológica grupal orientada a estimular-nos/ nas pacientes que se encontram internados a aquisição de responsabilidade, autonomia, tolerância, solidariedade e umas das questões primordiais que é o trabalho em equipe.

A experiência permite desenvolver e criar capacidades para a tomada de decisões, o trabalho em equipe e a aquisição de critérios próprios. A intenção é que o/a paciente passe a assumir as próprias responsabilidades e deveres, a procurar uma adequada solução de conflitos e problemas tanto familiares e sociais. A convivência viabilizada pela metodologia tende a desenvolver as habilidades comunicativas complementadas com adequadas relações interpessoais e de liderança.

O processo de intervenção Psicossocioterapêutica para o tratamento de dependências do IDP tem uma estrutura por níveis de crescimento personalizados. É estruturado a partir de um enfoque sistêmico, que permite a evolução do/da paciente nas diferentes áreas de atuação e favorece a realização de uma caminhada com a família, que começa no acolhimento e segue até a inclusão no meio familiar e social.

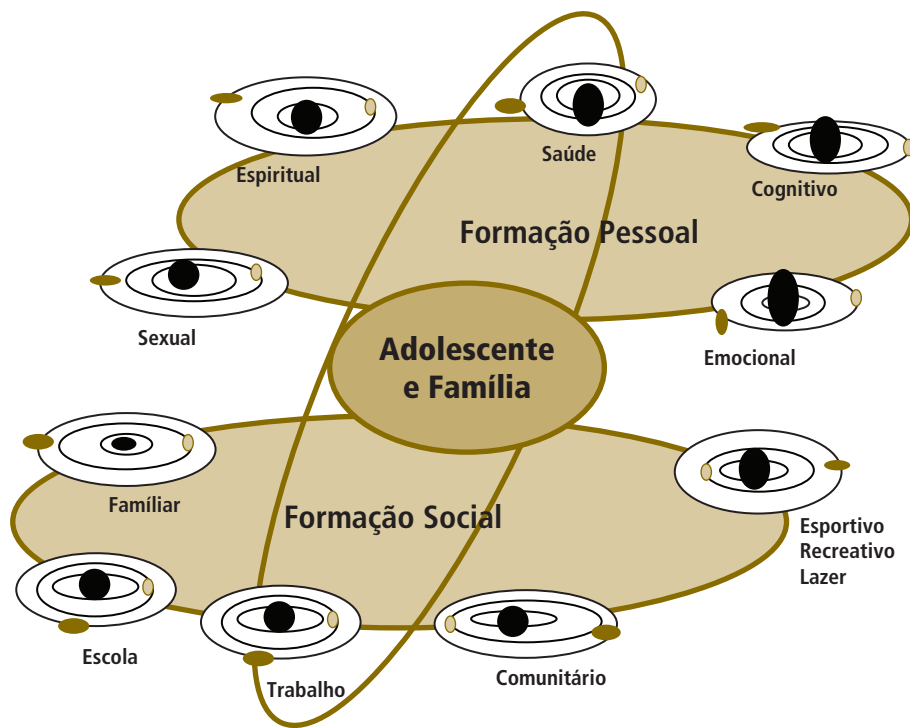
Esse modelo tem como objetivo atender o/a paciente e sua família nas áreas pessoal, familiar e social. Ele possibilita um trabalho de intervenção que estimula o exercício enquanto sujeitos sociais, com autoconfiança, autonomia, liderança e responsabilidade.

Os tempos de permanência em cada nível são pré determinados, o progresso e a evolução dependem das conquistas alcançadas, que são avaliadas periodicamente pela equipe técnica. O processo do começo ao fim visa favorecer a elaboração do projeto de vida de cada paciente estimulando uma verdadeira mudança de perspectiva para ele/a.

Contamos igualmente com linhas terapêuticas de intervenção com a finalidade de oferecer aos nossos pacientes um atendimento responsável e profissional evitando improvisações priorizando as necessidades pessoais, familiares e sócias do usuário, estas linhas de intervenção são planejadas e executadas por nossa equipe multiprofissional.

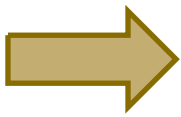
Operacionalização

Infografia do sistema de intervenção socioeducativo



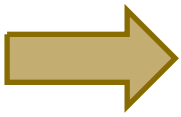
NIVEÍIS DO PROCESSO SOCIOEDUCATIVO

Objetivos



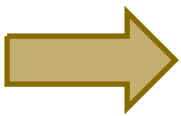
Nível 1 **Família Novo Amanhecer**

Favorecer espaços e mecanismos pedagógicos para a intervenção individual e grupal dos/das adolescentes e suas famílias possibilitando a identificação das dificuldades por meio dos eixos de formação pessoal e social para dar início à construção do Plano de Atendimento Individual (PIA).



Nível 2 **Família Novo Horizonte**

Desenvolver estratégias pedagógicas e terapêuticas que permitam aprofundar as análises das dificuldades identificadas nos eixos pessoal e social dos/das adolescentes e suas famílias, oferecendo-lhes alternativas de solução para superá-las.



Nível 3 **Família Nova Vida**

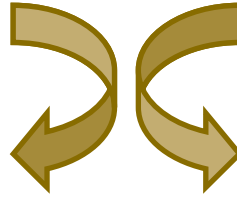
Intensificar as intervenções pedagógicas e terapêuticas criando ações que envolvam a família e a comunidade, possibilitando ao/à adolescente saídas pedagógicas que favoreçam gradativamente sua inclusão na família e na sociedade permitindo-lhe desenvolver seu projeto de vida.

EIXOS DE FORMAÇÃO

Formação Pessoal

Reconhecer e aprofundar os diferentes aspectos da condição humana que permitam desenvolver ao máximo seu potencial e rever os obstáculos para o adequado desenvolvimento da sua personalidade.

Objetivos



Formação Social

Desenvolver habilidades para a convivência social, favorecendo uma adequada interação nas diferentes áreas sociais.

COMPONENTES DA FORMAÇÃO PESSOAL

Espiritual

Realizar processos que possibilitem o reencontro consigo mesmo/a, com as demais pessoas e o transcendente, que lhe permita agir de acordo com valores que dão sentido a sua existência.

Sexual

Reconhecer a sua sexualidade permitindo um adequado controle em termos de responsabilidade e realização.

Emocional

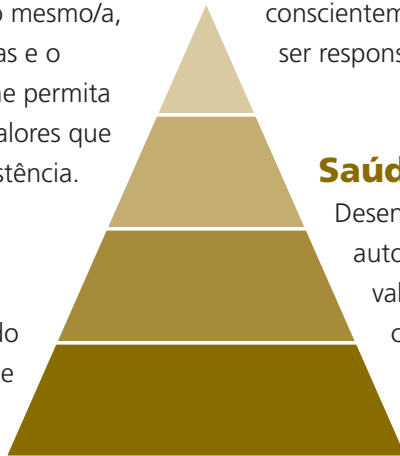
Reconhecer, aceitar e dirigir conscientemente suas emoções para ser responsável por suas atitudes.

Saúde

Desenvolver uma cultura do auto-cuidado em saúde, para valorizar e cuidar de seu corpo como condição essencial para seu bem-estar.

Cognitivo

Desenvolver as funções mentais básicas e refletir sobre as vivências, para que se convertam em experiências significativas de aprendizado.



EIXO PESSOAL

NÍVEIS

	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
Espiritual	Sensibilização espiritual	Reencontro com a espiritualidade	Transcendência
Sexual	Reconhecimento da sexualidade	Fortalecimento da sexualidade	Manutenção de uma vida sexual sadia
Saúde	Diagnóstico em saúde	Educação em saúde	Cultura do auto-cuidado
Cognitivo	Diagnóstico cognitivo	Solução de problemas	Planejamento de vida
Emocional	Identificação das emoções	Aceitação e transformação das emoções	Fortalecimento das emoções

Espiritual	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Sensibilização espiritual	Reencontro com a espiritualidade	Transcendência
Objetivos	Revisar a relação existente consigo mesmo/a, com os/as demais e com o transcendente a partir de seus próprios valores	Consolidar princípios espirituais que permitam fazer um código ético moral para relacionar-se consigo mesmo/a e com os/as demais	Dar sentido positivo a sua vida procurando autenticidade e fortaleza nas crenças espirituais
Conteúdos básicos	Misericórdia: Responsabilidade e sensibilidade Apropriação: Generosidade e humildade Fortaleza: Respeito, aceitação e entrega	Misericórdia: Procura do bem Humanismo: Amor próprio e trato amável Tolerância: Deixar ser o/a outro/a como é, e dedicação Fortaleza: Serviço	Flexibilidade. Fortaleza: Dedicação, compromisso, projeção e cooperação Coerência: Fidelidade e otimismo
Estratégias Psicopedagógicas	Reflexões individuais e grupais, oficinas pedagógicas, trabalho em grupo, momentos espirituais, dentro da opção individual da fé ou crença		

Sexual	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Reconhecimento da sexualidade	Fortalecimento da sexualidade	Manutenção da sexualidade
Objetivos	Gerar reflexões sobre suas próprias atitudes, pensamentos e sentimentos frente a sua sexualidade	Analisar, aprofundar e vivenciar sua sexualidade numa visão holística	Reafirmar a importância da sexualidade sadia como elemento indispensável para uma melhor qualidade de vida
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Quem sou eu? • Sexualidade • Auto-conceito • Auto-imagem • Auto-estima • Terminologia 	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos • Aspecto biológico • Sistema reprodutor • Mitos • Papel sexual • Afetividade • Drogas e sexualidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Métodos anticoncepcionais • Doença Sexualmente Transmissível (DST. AIDS) • Planejamento Familiar • Prevenção do abuso sexual • Sexualidade de casais • Paternidade e maternidade
Estratégias Psicopedagógicas	Seminários, oficinas pedagógicas, palestras, grupos diversos, colóquios		

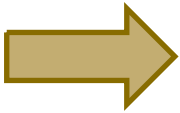
Saúde	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Diagnóstico físico	Educação em saúde	Cultura do auto-cuidado
Objetivos	Realizar um diagnóstico das condições de saúde que permita fazer uma intervenção oportuna favorecendo o processo de desintoxicação	Receber uma adequada informação sobre a educação em saúde que permita ter estilos de vida saudáveis	Desenvolver hábitos de saúde e uma cultura do auto-cuidado melhorando a qualidade de vida
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Exame médico • Exame de laboratório • Recomendações • Condicionamento físico • Controle do estresse 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento físico • Acompanhamento médico • Controle nutricional • Oficinas educativas: estilos de vida saudáveis, prejuízos da auto-medicação, cuidado vocal, efeitos das drogas no organismo • Controle do estresse 	<ul style="list-style-type: none"> • Controles médicos frequentes • Condicionamento físico • Prevenção em saúde • Vacinação • Hábitos de saúde • Alimentação, esporte, tempo livre • Controle do estresse.
Estratégias Psicopedagógicas	Exame médico, exame de laboratório, controle médico, oficinas pedagógicas, práticas saudáveis, palestras e avaliações		

Cognitiva	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Avaliação cognitiva	Solução de problemas	Planejamento de vida
Objetivos	Desenvolver um pensamento reflexivo utilizando no dia-a-dia noções cognitivas básicas	Garantir uma conduta crítica que permita visualizar e resolver problemas a partir de seu próprio pensamento	Consolidar um processo cognitivo com altos níveis de operações mentais que permitam enfrentar as dificuldades sociais
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Observação • Percepção • Percepção analítica • Comparações: semelhanças e diferenças • Classificações 	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento espacial • Razoamento lógico • Análise • Deduções • Compreensões • Generalizações • Síntese 	<ul style="list-style-type: none"> • Discernimento • Pensamento hipotético • Pensamento analítico • Pensamento lateral (criações) • Planejamento de estratégias • Inferências • Avaliações
Estratégias Psicopedagógicas	Ficha de observação, análise de caso, observações diárias, músicas reflexivas, diálogos, casos da vida diária, seminários, auto-biografias		

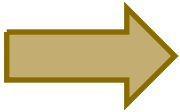
Emocional	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Identificação das emoções	Aceitação e transformação das emoções	Fortalecimento das emoções
Objetivos	Reconhecer as emoções e os pensamentos que lhe impedem refazer novos caminhos na sua vida	Alcançar um amadurecimento progressivo de sua personalidade de forma que lhe permita se envolver nos processos de individualização e socialização	Ter um adequado controle das emoções fazendo que as dificuldades se convertam em oportunidades de crescimento
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Motivações • Frustrações • Temores • Medos • Ansiedades 	<ul style="list-style-type: none"> • Dependências emocionais • Estrutura da personalidade • Mecanismos de defesa • Sentimentos • Duelos • Fobias • Tomada de decisões 	<ul style="list-style-type: none"> • Autonomia • Perdão • Reconciliação • Assertividade
Estratégias Psicopedagógicas	Grupos: momento motivacional, grupos de seguimento e de avaliação, colóquios, entrevista, diário pessoal, autobiografias		

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

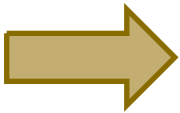
Formação Pessoal



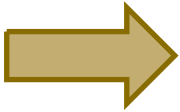
Tem consciência plena da sua existência no mundo atual, com todas suas circunstâncias, possibilidades e limitações pessoais.



Descobre sentido para sua vida e constrói conscientemente seu projeto pessoal que o impulsiona a atuar e procurar com fortaleza e garra as condições necessárias para se desenvolver e não desistir ante as dificuldades.



Decide e atua para vencer os obstáculos que lhe impedem de se desenvolver como pessoa.



Manifesta o desejo, interesse e ação por aproveitar e desenvolver as suas habilidades e destrezas.

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PESSOAL POR NÍVEIS

ESPIRITUAL

Evoca, revive e constrói seus valores espirituais para orientar seu dia-a-dia com base nos princípios pessoais e sociais, se denota sujeito de mudança

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Cumpre com as obrigações para o bem-estar dele/a mesmo/a e dos/as outros/as
- É generoso/a para compartilhar
- É sensível para perceber as necessidades
- Evita fazer críticas destrutivas
- Expressa humildade para aceitar
- Tem comportamento cordial

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Procura o bem fundamental
- Procura dar um sentido positivo a sua vida
- Ama a si mesmo e às/aos demais
- Demonstra trato amável e carinhoso
- Aceita o/a outro/a, respeitando-o/a como ele/a é
- Demonstra dedicação e cordialidade
- Demonstra cooperação, honestidade e tranquilidade
- Manifesta esperança ante a mudança, coragem ante as dificuldades e otimismo ante o futuro

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Expressa flexibilidade na análise dos acontecimentos
- Manifesta dedicação, compromisso e cooperação no serviço
- Manifesta otimismo, alegria e paz frente a sua própria existência
- Manifesta fidelidade aos princípios e compromissos assumidos
- Assume com coragem as dificuldades

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PESSOAL POR NÍVEIS

SEXUAL

Revê, renova e afirma aspectos da sua sexualidade que o/a levam a uma adequada relação consigo e com os/as outros/as, aceitando suas semelhanças e diferenças em procura de aceitação

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Enuncia quem é ele/ela e como é a sua sexualidade
- Descreve claramente seu auto-conceito e sua auto-imagem
- Expressa adequadamente a terminologia frente à sexualidade
- Manifesta seus sentimentos e pensamentos frente a sua sexualidade

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Descobre e aceita a sua própria sexualidade
- Reconhece o aspecto biológico e psicológico da sua sexualidade
- Analisa e esclarece os mitos que existem frente a sua sexualidade
- Assume com clareza e segurança seu papel sexual
- Tem controle adequado da sua afetividade

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Assume responsabilmente a sua sexualidade
- Tem uma adequada prevenção frente a DST/AIDS
- Expressa com responsabilidade a decisão de algum dia poder ser pai/mãe

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PESSOAL POR NÍVEIS

SAÚDE

Pratica bons hábitos de saúde, o que permite manter-se em boas condições físicas. Tem uma cultura do cuidado do seu corpo o que o/a leva na busca constante do bem-estar

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Reconhece as suas condições de saúde e pratica bons hábitos para se manter cada vez melhor
- Realiza exames médicos e de laboratório quando requeridos pelo/a médico/a
- Pratica periodicamente atividades físicas o que favorece seu bem-estar
- Acata as sugestões médicas para a sua boa saúde

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Tem hábitos adequados de saúde em relação à higiene pessoal, ordem, apresentação pessoal, alimentação e demais práticas cotidianas
- Tem um bom condicionamento físico
- Frequenta o acompanhamento médico praticando as sugestões
- Tem estilos de vida saudáveis enquanto a não automedicação

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Tem hábitos de saúde no relacionado com a postura, ao consumo de cigarro e higiene vocal
- Continua com as práticas de condicionamento físico
- Tem cuidados com sua alimentação
- Realiza os controles médicos

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PESSOAL POR NÍVEIS

COGNITIVA

Descreve, interpreta, deduz e conclui as experiências da sua vida e do grupo e as converte em aprendizado significativo

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Faz observações detalhadas do cotidiano
- Descreve percepções analíticas da convivência
- Faz comparações, semelhanças e diferenças em benefício do aprendizado da vida
- Tem atitude reflexiva antes e depois de cada ação

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Expressa sentimentos, tendo uma razão lógica, de forma livre e responsável
- Descobre as possibilidades do aprendizado e as relações que ele pode trazer com as experiências anteriores e os conflitos cotidianos
- Dá soluções a partir de análises, generalizações e deduções

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Detecta e aplica as diferentes formas de raciocínio e métodos de argumentação na sua vida cotidiana
- Faz reflexões autônomas e construídas a partir de sua própria experiência de vida
- Tem pensamentos divergentes e convergentes que permitem ver e solucionar os conflitos de diferentes tópicos

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO PESSOAL POR NÍVEIS

EMOCIONAL

Avalia o controle que tem das suas emoções, realizando as mudanças necessárias para a sua saúde mental e guia adequadamente as suas emoções desfrutando livre e responsabilmente de seu sentir

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Reconhece emoções, sentimentos, necessidades, interesses próprios e dos/das outros/as como meio para obter soluções mútuas

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Manifesta suas dependências e procura soluções
- Reconhece e aceita sua estrutura de personalidade e modifica seus sentimentos
- Reflete sobre seus conflitos e fobias
- Comunica-se assertivamente e com segurança na tomada de decisões

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Assume com responsabilidade e equilíbrio seus êxitos e equívocos
- Manifesta reconciliação com si mesmo e a proporciona aos outros
- Comporta-se com autonomia

COMPONENTES DA FORMAÇÃO SOCIAL

Familiar

Redimensionar positivamente a dinâmica familiar de tal maneira que permita aproveitar ao máximo suas possibilidades para o benefício individual e grupal

Comunitário

Alcançar um compromisso comunitário participando positivamente com sua experiência na transformação de seu meio social

Trabalho e Escola

Desenvolver habilidades e responsabilidades para o estudo e o trabalho conseguindo que esses se convertam numa estratégia de valorização pessoal e de projeção social

Esportivo e Lazer

Potencializar habilidades artísticas, esportivas e lúdicas que lhe permitam romper com processos alienantes, propiciando uma comunicação e transformação de forma gratificante



EIXO SOCIAL

NÍVEIS

	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
Familiar	Conhecimento familiar	Redefinição da dinâmica familiar	Consolidação da dinâmica familiar
Esportivo e Lazer	Avaliação esportiva e de habilidades físicas	Esclarecimento esportivo e das suas habilidades físicas	Projeção esportiva e aproveitamento específico das suas habilidades físicas
Trabalho e Escola	Reconhecimento de habilidades para o trabalho e avaliação cognitiva	Formação profissional e acadêmica	Capacitação e projeção para o seu futuro trabalho e vida acadêmica
Comunitário	Reconhecimento do grupo e da sua força	Papel na dinâmica grupal	Liderança social

Familiar	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Conhecimento familiar	Redefinição da dinâmica familiar	Consolidação da dinâmica familiar
Objetivos	Sensibilização sobre a incidência que tem a família no desenvolvimento humano de cada um de seus membros	Redefinir valores, comunicação, normas, tratos da autoridade e demais elementos que permitam a sua família viver com qualidade	Procurar diferentes alternativas que possibilitem a sua família viver e resolver os diferentes conflitos
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • A família • Relações familiares • Comunicação familiar • Papéis e limites na família • Normas • A família como apoio • Processo de dependência química 	<ul style="list-style-type: none"> • Problemática familiar • Momentos críticos • Situações de mudança • Valores em família: cooperação e solidariedade • Autoridade na família • Ambiente Familiar • Vínculo afetivo • Habilidades para convivência familiar • Solução de problemas 	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica familiar • Vida de casais • Família e saúde mental • Controle de conflito: negociação e mediação • A família como sistema do apoio social • Reestruturação de projetos familiares e da formação da família nuclear • Compromisso e reinserção social
Estratégias Psicopedagógicas	Histórico familiar, encontros com famílias, assembléias, grupos com famílias, grupos inter-familiares, seminários e palestras		

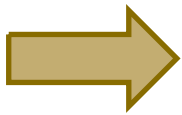
Esportiva e Lazer	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Avaliação esportiva e de habilidades físicas	Esclarecimento esportivo e das suas habilidades físicas	Projeção esportiva e aproveitamento específico das suas habilidades físicas
Objetivos	Descobrir habilidades e destrezas que permitam despertar sensibilidade e motivação para fazer do esporte e da recreação um fator de desenvolvimento	Desenvolver potencialidades esportivo-culturais que permitam reafirmar condições pessoais	Reafirmação das habilidades pessoais por meio da participação em grupos de projeção esportivo-culturais obtendo reconhecimento social
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação esportiva • Encontros de integração • Gincanas • Campeonatos de futsal, vôlei, basquete, etc • Regras dos esportes 	<ul style="list-style-type: none"> • Condicionamento físico, artístico, manual, lúdico-esportivo, musical, teatral e ginástico • Campeonatos esportivos em geral • Formação de escolas esportivas 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de escolas esportivas e culturais • Campeonatos esportivos • Atletismo • Representação da Instituição em atividades esportivas e culturais externas
Estratégias Psicopedagógicas	Terapia lúdica, festivais, oficinas, práticas esportivas, seminários e palestras		

Trabalho e Escola	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	Reconhecimento de habilidades para o trabalho e avaliação cognitiva	Formação profissional e acadêmica	Capacitação e projeção para o seu futuro trabalho e vida acadêmica
Objetivos	Refletir sobre as atitudes que tem frente ao trabalho, reconhecendo o valor que este tem para seu bem-estar físico, mental e social	Desenvolver habilidades e responsabilidades para o trabalho onde se reafirme como uma pessoa útil e produtiva	Alcançar com a inserção uma forma de realização pessoal e de integração social
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • Valor do trabalho e do estudo • Laboriosidade • Vontade • Serviço • Produtividade • Orientação vocacional • Orientação ocupacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação para o trabalho e o estudo • Espírito positivo • Valores no trabalho • Criatividade, respeito • Confiança • Lealdade • Honestidade • Responsabilidade • Tomada de decisões • Orientação para o trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Oficina de capacitação segundo o interesse do/da adolescente • Controle do dinheiro • Poupança
Estratégias Psicopedagógicas	Terapia ocupacional, oficina de capacitação, seminários e rotinas de trabalho		

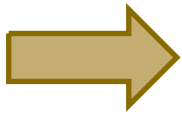
Comunitário	NÍVEIS		
	Família Novo Amanhecer (1)	Família Novo Horizonte (2)	Família Nova Vida (3)
	O Grupo e sua Força	Papéis no Grupo	Liderança Social
Objetivos	Reconhecer a força que tem o grupo para ajudar a identificar problemáticas e procurar soluções	Adquirir princípios, atitudes, valores e normas de convivência social através dos diferentes papéis sociais	Projetar sua experiência de vida na comunidade em benefício de si mesmo/a, da sua família e de outros grupos onde se desenvolve
Conteúdos básicos	<ul style="list-style-type: none"> • O grupo • Auto-ajuda • Forças grupais • Características do grupo • Credibilidade do grupo • Normas do grupo 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo do grupo • Comunicação • Hierarquia no grupo • Autoridade • Liderança 	<ul style="list-style-type: none"> • Liderança • Tipos de líder • Características do líder • Participação • Projeção • Projetos comunitários
Estratégias Psicopedagógicas	Convivência comunitária, seminários, projetos comunitários, palestras, planos de vida e projeção comunitária		

INDICADORES DE AVALIAÇÃO

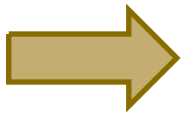
Formação Social



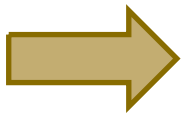
Tem interação respeitosa e efetiva com as pessoas e os diferentes grupos onde atua.



Fase da compreensão, interiorização da prática da regra como um hábito e um valor para seu crescimento pessoal e social



Propõe e cumpre as normas e acordos para a vida comunitária, tendo em conta as perspectivas e possibilidades em função do bem-estar e desenvolvimento humano



Coloca em prática a convivência social como respeito pelo outro, tolerância, honestidade e solidariedade

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL POR NÍVEIS

FAMILIAR

A família bem definida vive com clareza seus limites, normas e valores para o bem-estar de todos/as, existe na família clima afetivo que favorece a convivência

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Expressa as dificuldades vividas na família
- Analisa a presença da norma na família
- Manifesta seu desempenho e papel dentro da família
- Reconhece as fortalezas e as fraquezas da família

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Analisa e procura soluções para os problemas familiares por meio de uma adequada comunicação
- Participa como membro da família nos momentos difíceis
- Expressa solidariedade e cooperação aos membros da família
- Reconhece autoridade familiar possibilitando uma adequada convivência

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Mantém bom relacionamento familiar
- Soluciona os problemas familiares a partir do diálogo
- Oferece apoio e segurança aos membros da família
- Sabe lidar com os conflitos familiares a partir da negociação e mediação

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL POR NÍVEIS

ESPORTIVO E LAZER

Realiza de forma habitual ações recreativas, esportivas e de lazer em benefício do descanso, diversão e do desenvolvimento, com o intuito de melhorar da sua qualidade de vida

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Experimenta diversas atividades recreativas e esportivas que permitam integrar-se e reconhecer as suas habilidades
- Começa práticas esportivas e ginásticas para favorecer o desenvolvimento
- Realiza atividades artísticas que permitam sua sensibilização
- Participa de práticas em ambientes abertos como práticas de desintoxicação

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Assume as suas atividades esportivas e recreativas como prática diária para favorecer seu processo de transformação
- Faz da recreação, do esporte e da atividade física uma prática cotidiana
- Decide qual atividade esportiva lhe satisfaz mais e forma subgrupos para a sua prática

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Desfruta das atividades lúdico-esportivas e artísticas em práticas grupais
- Faz uso adequado do tempo livre por meio de uma recreação sadia
- Vincula-se ao meio social participando dos grupos de projeção artísticos e esportivos

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL POR NÍVEIS

PROFISSIONALIZANTE

Faz de seu trabalho e estudo um espaço de crescimento pessoal e de projeção social e faz das suas funções um espaço de aprendizado e reestruturação de seu estilo de vida

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Revisa as atitudes que tem frente ao trabalho e ao estudo
- Assume desejo para realizar os trabalhos
- Expressa a relação da profissionalização com a mudança de vida
- Descobre e manifesta interesse por algumas atividades acadêmicas ou de trabalho

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

- Manifesta consciência sobre a importância que têm o trabalho e o estudo na sua vida
- Reconhece e coloca na prática os valores da honestidade, responsabilidade, eficiência e criatividade
- Toma decisões frente a sua orientação vocacional para o trabalho
- Participa de terapia ocupacional como parte da sua formação

NÍVEL 3 Família Nova Vida

- Realiza atividades de seu interesse
- Assume responsabilidades escolares e de trabalho
- Tem um adequado desenvolvimento do trabalho e do estudo
- Adquire um adequado controle de suas economias

INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO SOCIAL POR NÍVEIS

COMUNITÁRIO

Vive a vida fazendo das normas e valores hábitos, assumindo o papel social dentro de diferentes grupos com responsabilidade e satisfação

NÍVEL 1 Família Novo Amanhecer

- Familiariza-se com o trabalho de grupo e autoridade
- Reconhece no grupo a força que tem o trabalho para a transformação
- Sente e expressa credibilidade e intimidade com o grupo
- Assume as normas que o grupo constrói

NÍVEL 2 Família Novo Horizonte

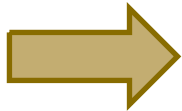
- Faz do grupo uma estratégia de auto-ajuda
- Participa dos grupos aproveitando-os ao máximo
- Aproveita a comunicação que se dá no grupo
- Assume papéis e responsabilidades nas diversas tarefas da comunidade e da família
- Trabalha em grupo onde seu conhecimento e seus sentimentos são elementos enriquecedores para si mesmo e para os outros
- Aceita a autoridade e a controla adequadamente
- Manifesta atitudes valores e habilidades para a sua permanência no grupo

NÍVEL 3 Família Nova Vida

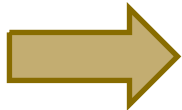
- Estabelece relações de cooperação e de ajuda mútua com os distintos grupos sociais
- Assume manifestações de liderança na sua família e em outros contextos
- Avalia periodicamente seu compromisso social

INDICADORES DE AVALIAÇÃO EM NÍVEL GERAL

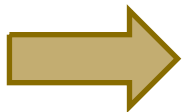
Evolução nos aspectos pessoal e social



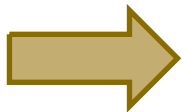
Vive completamente o processo em todos os seus níveis, de forma consciente e responsável



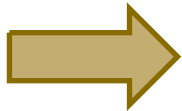
Assume uma atitude de mudança, libertando-se dos comportamentos dependentes



Mantém relações harmoniosas e solidárias consigo mesmo/a e com os/as outros/as



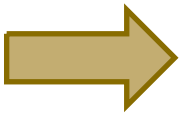
Analisa e integra as dimensões do ser como a evolução do pensamento, os sentimentos e as tendências comunitárias, para entender-se e poder, assim, entender os outros



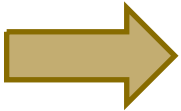
Tem um comportamento positivo, fazendo de seus valores a melhor forma para viver com qualidade dentro dos diferentes grupos sociais

INDICADORES DE AVALIAÇÃO POR NÍVEIS

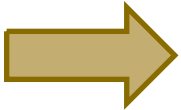
NÍVEL 1



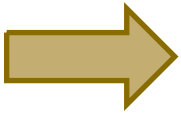
Sente e expressa que está vivendo uma situação de crise que deseja modificar e para isso reconhece que precisa de ajuda



Aproxima-se de identificar seus erros e fracassos aceitando-os e construindo a partir deles novas oportunidades de vida



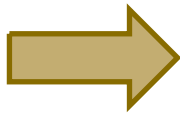
Manifesta interesse e motivação em assumir um processo de mudança para benefício pessoal, familiar e social



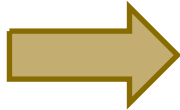
Cumprir com as normas básicas deste nível como uma das exigências para seu processo de socialização

INDICADORES DE AVALIAÇÃO POR NÍVEIS

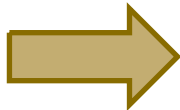
NÍVEL 2



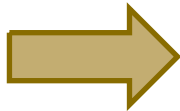
Manifesta seus níveis de dependência a drogas, sexo, família, amigos, etc. e os temores e angústias que se derivam dela



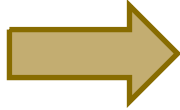
Expressa de forma consciente os comportamentos e suas problemáticas, analisando suas causas e efeitos



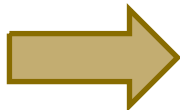
Procura soluções éticas em sua situação pessoal a partir de ajudas de grupo



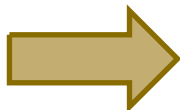
Assume na prática as soluções e as avalia constantemente



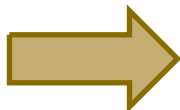
Se comporta adequadamente fazendo surgir as suas potencialidades, cumprindo as normas e valores próprios do nível



Identifica, caracteriza e respeita as figuras de autoridade e suas funções nos contextos familiares e comunitários



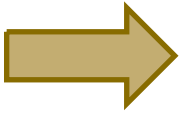
Demonstra interesse por melhorar seu ambiente social, ecológico e sua relação com os outros, motivado pelo seu gosto, confiando e sem temor



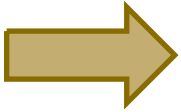
Valoriza e respeita as normas básicas de convivência depois de tê-las refletido socialmente

INDICADORES DE AVALIAÇÃO POR NÍVEIS

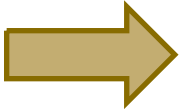
NÍVEL 3



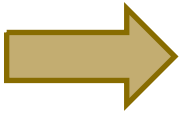
Comporta-se conseqüentemente com as mudanças proposta na sua vida



Assume atitudes, hábitos e valores que manifestam a mudança que teve sua existência



Suas ações dão conta de seu crescimento como pessoa digna, autônoma e responsável de seus atos



Faz acordos por meio do diálogo e demais estratégias necessárias para a solução cooperada de conflitos sem que se veja prejudicado e não prejudique os outros

10

Desenvolvimento das atividades diárias

A jornada pedagógica

É o roteiro das rotinas do dia-a-dia, onde estão organizadas as atividades que os/as adolescentes deverão realizar dentro de um horário estabelecido e com os/as responsáveis por elas. No processo socioeducativo as atividades devem ser planejadas e executadas como resultado das avaliações e de acordo com as necessidades reais do grupo, elas NÃO podem ser improvisadas. O objetivo da jornada pedagógica é criar hábitos e costumes nos/nas adolescentes para que compreendam a importância de cumprir horários e realizar atividades de formação. Cada ação deve ser refletida, o/a adolescente deve entender a importância e reconhecer a valor do que faz, por isso ela deve fazer sentido para ele/ela. As atividades devem ser planejadas de forma que possam criar sentido de pertença e aumentar a auto-estima do/da interno/a.

A jornada pedagógica deve incluir atividades formativas nas diferentes áreas como escola, profissionalização, esporte e lazer, intervenções individuais e grupais, faxina, momentos de reflexão individuais e coletivos, de avaliação e de alimentação.

Intervenção pedagógica

Constitui-se uma área fundamental no processo pedagógico, focando a atenção no/na adolescente, o/a ajudando a descobrir-se como sujeito protagonista de sua transformação e potencializando todas as suas capacidades para aprofundar-se nos valores que necessita em seu convívio com a família e a sociedade.

Segundo Costa (2000):

“o adolescente deve ser considerado o protagonista de sua própria história, deve passar de problema para a solução, o que implica em percebê-lo como fonte de iniciativa, de liberdade e de compromisso diante de seus atos, e também em contar com sua participação em todas as etapas de resolução de problemas, desde a análise da situação até a apropriação dos resultados”

O processo tem como sustento o elemento de aprendizagem contínua: desde a hora de acordar até a hora de dormir, os/as adolescentes realizam atividades planejadas de acordo com a linha de intervenção levando em consideração os eixos pessoal e social. Todas as atividades devem ter um enfoque educativo e é preciso ter sempre em mente que o/a socioeducador/a tem papel chave na área pedagógica.

O/A socioeducador/a

É o centro e o eixo do grupo. Tem a função de orientar e acompanhar as atividades do dia-a-dia, a ele/ela compete estabelecer relações de orientação, observação e diálogo permanente com os/as adolescentes, viabilizando um processo de abertura, compromisso e reciprocidade.

Os/as socioeducadores/as devem constituir uma presença significativa na vida dos/as adolescentes. Os/as profissionais selecionados/as para executar essa função devem ter um perfil previamente elaborado de forma que sejam competentes e capacitados/as para assumir a responsabilidade ética, moral e social de educar e reeducar os/as adolescentes em conflito com a lei.

Entre as características requeridas para o perfil do/da socioeducador/a estão responsabilidade, respeito, compromisso, capacidade de escuta e de diálogo, liderança, criatividade, educar com o exemplo, relação de empatia e de autoridade, coerência, justiça e ética.

Intervenção sociofamiliar

Os objetivos fundamentais do programa de família é fortalecer e preservar os vínculos afetivos na família e conhecer os fatores de risco e de proteção. O sucesso do processo socioeducativo se garante com a participação da família, tendo o conceito de família não só a estrutura nuclear, mas também, qualquer pessoal que tenha vínculo afetivo com o/a adolescente e que esteja disposto/a a acompanhá-lo/a no processo (pai, mãe, irmãos/ãs, tios/as, avós, namorada/o, amigos/as, primos/as, etc.).

O programa de família se realiza por meio de encontros, reuniões de reflexão, assembleias, intervenções individuais, grupais e mistas, levando os/as participantes a compreender a situação real do/da adolescente e deles/as mesmas. São momentos em que é possível orientar as famílias em relação às políticas públicas que as beneficiam, informações das áreas sociais como saúde, educação, esporte, emprego e profissionalização. Podem ser realizadas palestras sobre drogas, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), comunicação, limites, autoridade e diversos outros assuntos.

Intervenção individual

“A Existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.”

“Por isto, o diálogo é uma exigência existencial... não pode se resumir a uma simples troca de idéias... é um ato de criação... é um conquistar do mundo para a libertação dos homens.”

Paulo Freire

O que é intervenção individual?

São diálogos pessoais entre o/a adolescente e o/a socioeducador/a que pretendem definir os conflitos específicos da história de vida do/da jovem para ajudá-lo/la a encontrar alternativas adequadas e práticas que lhe permitam superar crises e suscitem a motivação para a mudança.

Objetivos da intervenção individual

Proporcionar, aos/às socioeducadores/as, o conhecimento sobre o/a adolescente em relação a seus conflitos e a forma em que ele/ela os/as percebe e os/as resolve, de tal maneira que se desenvolvam orientações com vistas a motivar e a encontrar alternativas eficazes. Outro objetivo é facilitar o propósito de mudar o quadro de valores do/da adolescente, não só ajudando que consiga tal feito, mas, sobretudo, oferecendo mecanismos para que se mantenha a mudança.

Observação importante:

O/A socioeducador/a deve ter a sensibilidade de entender que o processo socioeducativo, varia de adolescente para adolescente. Logo, o/a socioeducador/a deve perseguir um marco conceitual, isto é, tornar-se, ao longo de sua práxis, profundamente responsável frente a sua formação enquanto educador/a. Isso lhe permitirá eficaz aproximação com o/a adolescente de maneira responsável e séria.

Perspectivas necessárias frente ao processo de aconselhamento/ assessoramento de adolescentes em conflito com a lei:

Fazer com que o/a adolescente conheça sua própria conduta

Para que uma pessoa possa ajudar a si mesma, que é o grande objetivo de toda intervenção socioeducativa, antes de tudo, deve conhecer adequadamente sua conduta em relação aos seus desafios e as suas fortalezas. A princípio, todo mundo imagina que se conhece, não existindo ninguém capaz de saber mais sobre si do que ela mesma. Mas a realidade não é essa, já que, normalmente, a informação que se tem sobre si é distorcida. Às vezes não é possível perceber sozinho/a o mais evidente, que mais caracteriza cada pessoa. Isso equivale a dizer que a melhor forma de conhecer a conduta de uma pessoa, no caso, do/da adolescente em conflito com a lei, é observar de perto essa conduta; observar de uma forma objetiva e criteriosa – daí a importância de tudo que se faz em uma

instituição de internação ser pautado por uma proposta maior de intervenção: o Projeto Pedagógico.

Acreditar que é possível a mudança de condutas e de idéias

Para que a mudança socioeducativa aconteça, tanto o/a socioeducador/a quanto o/a adolescente deve saber que eles/elas são os motores dessa mudança. Estarem motivados/as para que aconteça essa mudança é uma questão primordial. Se a pessoa crer que pode fazer uma mudança de vida, deverá propor pequenas metas, não metas grandes e difíceis, mas metas objetivas e alcançáveis, podendo ser realizadas em prazos concretos (um dia, uma semana, duas semanas, etc.) Conforme consiga as primeiras metas, a motivação vai aumentando e outras metas vão surgindo. Ao mesmo tempo, toda meta alcançada aperfeiçoa o sujeito, o equipando para as etapas vindouras.

Todo problema tem solução, todo desafio tem uma resposta

Os desafios e as situações problemáticas são normais na vida. São situações reais ou imaginárias que necessitam solução, sendo que esta não está disponível, deve ser construída. Os/As adolescentes internos/as, em sua maioria, são indivíduos que não conseguem enxergar solução para o menor desafio possível em suas vidas ou, quando encontram, é da forma mais inadequada. Assim sendo, é imperativo ao/à socioeducador/a criar com eles/elas um planejamento de intervenção capaz de gerar soluções propositivas.

O/A adolescente sempre deve buscar apoio no ambiente institucional – desenvolver urgentemente a capacidade de receber ajuda

O apoio social é importante para todas as pessoas. Os/As adolescentes em conflito com a lei têm seu ambiente social deteriorado. Logo, todos os esforços de resignificar esse ambiente devem estar direcionados em criar, dentro de uma instituição socioeducativa de internação, um ambiente acolhedor, de apoio para esses/as jovens. Um ambiente em que condutas ou idéias que concretizaram, seu modo de vida e sua conformidade social sejam deixadas de lado. Um ambiente em que os/as adolescentes possam se sentir confiantes em se entregarem a uma intervenção socioeducativa. Um ambiente em que o apoio, a compreensão e a exigência de mudança sejam primordiais dando espaço para a construção efetiva de uma comunidade socioeducativa.

Devemos reforçar, de forma positiva, constantemente os/as adolescentes

Um reforço pode ser definido como algo que, seguindo uma determinada conduta, incrementa a possibilidade de que ela volte a se repetir. Um reforço positivo também se denomina de recompensa ou prêmio. Este se diferencia do reforço negativo, também chamado de estímulo aversivo, porque sua retirada contingente incrementa a emissão de uma resposta. Os reforçadores podem ser externos (prêmios, atividades, saídas, subida de nível, etc.) ou internos (sentimento de orgulho, aprovação do próprio comportamento positivo, reprovação do comportamento negativo do outro, etc.) São múltiplos os reforçadores e muitos os que se podem aplicar para incrementar a probabilidade da emissão de uma desejada conduta. Existem três tipos básicos de reforçadores: materiais, sociais e de atividades, sendo os de atividades os que devem ser usados como uma constante dentro de uma instituição socioeducativa. Também devemos usar os reforçadores internos, já que ao final serão estes que vão manter uma determinada conduta positiva, especialmente reforçadores que geram sentimentos de bem-estar, de autocontrole e de auto-confiança.

É preciso fazer com que os/as jovens descubram condutas e idéias alternativas

Tem muita importância, no processo socioeducativo, o desenvolvimento de novas condutas e idéias e que estas substituam aquelas que colocaram o/a adolescente dentro da dinâmica criminal. É preciso possibilitar atividades que reforcem a importância de hobbies saudáveis como esporte e exercício físico, etc. O mais importante não é buscar estas novas condutas e idéias no campo do desconhecido e mesmo no transcendente, mas sim desenvolver atividades para alcançá-las no aqui e no agora, dentro do cotidiano da instituição.

Procedimentos estruturantes para intervenção individual:

1. Apresentação do/da socioeducador/a ao/à adolescente e apresentação do objetivo da intervenção individual iniciada

Indiscutivelmente, e especialmente para os/as adolescentes que acabam de chegar à instituição de internação, a intervenção individual se apresenta com um caráter de obrigatoriedade, dessa forma é aconselhável que o/a socioeducador/a expresse um sentimento de agradecimento por ajudar o/a adolescente com este tipo de intervenção, já que é o/a adolescente que se permitirá falar ou não de suas situações pessoais, familiares e sociais. Daí a necessária explicação de maneira sucinta do que é a intervenção individual, seus objetivos, seus alcances e seus limites.

Após este momento, caso seja o/a adolescente recém-chegado/a na instituição, é necessário que o/a socioeducador/a se apresente. E para qualquer que seja o/a adolescente é importante a apresentação do tema – que é o desafio ou fortaleza identificada no/na adolescente – que será trabalhado numa determinada intervenção individual.

2. Escutar do/da adolescente sua opinião sobre o tema apresentado

O/A socioeducador/a tem que saber exatamente que informação deve obter e como consegui-la, logo, deve de se posicionar perto do/da adolescente, devendo estar em um ambiente mais apropriado. O/A socioeducador/a exercerá uma escuta reflexiva com a qual ouve o que verdadeiramente disse o/a adolescente para poder devolver as informações captadas. Este primeiro momento não é para criticar, questionar ou culpabilizar a pessoa entrevistada, mas sim compreender o que ela disse, entendendo seus mecanismos de pensamento e de conduta. Isto não significa assumir os pontos de vista do/da adolescente, mas compreender o que eles/elas dizem para ter como contra-argumentar. Este processo de escuta respeitosa e compreensiva facilita estabelecer uma boa relação entre adolescentes e socioeducadores/as.

3. Desenvolver o tema

Neste momento, se inicia a exploração do tema, identificando quais os problemas atuais que compõem o tema ou apenas lembrando de como ele/ela estava antes das primeiras intervenções. Explorar do mesmo modo os sentimentos que se geram a partir do assunto. Por último, é necessário determinar junto com o/a adolescente, quais são as causas e as conseqüências na sua vida atual gerados pelo tema trabalhado.

4. Desenvolvimento de alternativas

É necessário motivar o/a adolescente, com base nas conseqüências que o tema gera, para conjuntamente descobrir novas alternativas fáceis de aplicar, que mostrem resultados em curto prazo e que dependam somente dele/dela mesmo/a e não do/da socioeducador/a. Já que a mudança socioeducativa só pode ser realizada pelo próprio/a adolescente. Neste momento, é preciso focar sempre na solução e não no problema.

5. Desenvolver atividades pedagógicas ao término da intervenção e marcar data para a próxima intervenção individual sobre o tema trabalhado

Essas atividades são frutos das alternativas desenvolvidas, por isso é conveniente que o/a socioeducador/a seja muito pontual na cobrança dessas atividades, pois assim se evita as desculpas dos/das adolescentes e o seu retrocesso no processo socioeducativo, prevenindo processos iatrogênicos.

6. Observações gerais e pertinentes

A intervenção individual deve durar entre 20 e 30 minutos; deve-se criar ambiente de aceitação e confiança, de tal modo que por meio deste o/a socioeducador/a possa conhecer mais amplamente a dinâmica da vida pessoal do/da adolescente.

Intervenção grupal em medida socioeducativa de internação

O que é uma intervenção grupal?

São momentos grupais planejados em equipe técnica e realizados com os/as adolescentes e/ou com as famílias dos/das adolescentes. Possuem estrutura e tempo determinados. Segundo o projeto pedagógico da unidade, os momentos grupais são os pilares que fundamentam toda a intervenção socioeducativa e criam o ambiente terapêutico próprio para instituição socioeducativa de internação. Todos os momentos devem ser planejados e executados numa ordem em que um dê elementos de discussão para o outro.

Tipos de Momentos Grupais (MG) realizados:

No planejamento diário de atividades da unidade devem estar previstos três tipos de momentos grupais, denominados como: Momento Conscientização, Momento Terapêutico e Momento Social. O primeiro e o último são realizados pelos/as socioeducadores/as. O Momento Terapêutico é realizado pelo/a psicólogo/a e o Momento Social realizado pelo/a Assistente Social.

MOMENTO CONSCIENTIZAÇÃO

O que é?

É o Momento que inaugura todo o trabalho grupal socioeducativo. Deve ser, impreterivelmente, o primeiro momento grupal a ser realizado com a turma. Efetiva-

do primordialmente apenas com os/as adolescentes, podendo participar do grupo familiares destes/as. É conduzido pelo/a socioeducador/a.

Qual o objetivo do momento?

Apresentar o tema que a equipe técnica planejou como sendo a Linha de Intervenção Semanal segundo as necessidades do projeto pedagógico. O trabalho deste grupo focaliza-se nos eixos pessoal e social da exploração socioeducativa, organizando o tema da Linha dentro dos diversos componentes pedagógicos desses eixos.

Qual sua estrutura básica?

- Filosofia ou motivação de início.
- Estados de ânimo de início.
- Conferência.
- Debate.
- Trabalho em pequenos grupos.
- Apresentação do trabalho dos grupos.
- Avaliação do Momento.
- Estado de ânimo final.
- Filosofia ou motivação de encerramento.

Qual o Tempo de Duração?

1 hora aproximadamente.

MOMENTO TERAPÊUTICO

O que é?

É o segundo momento grupal que deve ser realizado durante a semana. Efetivado primordialmente apenas com os/as adolescentes, podendo participar o grupo familiares destes/as. É conduzido pelo/a psicólogo/a.

Qual o objetivo do momento?

A exploração do tema da Linha de Intervenção segundo as necessidades do Projeto Pedagógico e das Famílias Socioeducativas. Entretanto essa exploração deve ser mais voltada para o eixo pessoal do/da adolescente, identificando temores, dúvidas, ressentimentos, dores, ódios, aversões entre outros sentimentos pessoais que estão em relação direta com a linha de intervenção semanal proposta.

Estrutura:

- Filosofia ou motivação de início.
- Estados de ânimo de Início.
- Relaxamento.
- Chuva de idéias.
- Desenvolvimento do tema pelos/as adolescentes (por intermédio da palavra ou da escrita).
- Relaxamento.
- Estados de ânimo final.
- Filosofia ou motivação final.

Qual o Tempo de Duração?

1 hora aproximadamente.

MOMENTO SOCIAL

O que é?

É o terceiro momento grupal realizado durante a semana. Pode ser efetivado com as famílias e/ou com os/as adolescentes. Também conhecido como Grupo Misto. Realizado pelos/as assistentes sociais.

Qual o objetivo do momento?

Explorar a Linha de Intervenção semanal na vertente do eixo social, trabalhando questões direcionadas à família e às relações sociais do/da adolescente. Pode ser um grupo de confrontação direta entre adolescentes e família, sobre pontos relevantes e diretamente correlacionados à linha da semana.

Estrutura:

- Filosofia ou motivação de início.
- Estados de ânimo de início.
- Chuva de idéias.
- Desenvolvimento do tema (por intermédio da palavra ou da escrita).
- Confrontação (caso seja o foco da intervenção grupal).
- Estados de ânimo final.
- Filosofia ou motivação final.

POSTURAS DOS MOMENTOS GRUPAIS

Exigir uma postura dos/das adolescentes ou das famílias durante a realização do momento é uma das chaves de sucesso para uma ótima efetivação do trabalho grupal. Por isso devem ser respeitadas as seguintes regras de postura:

- Deve ser realizado um contrato pedagógico para esclarecer as regras do momento e suas posturas necessárias.
- Deve ser eleito/a, antes do início do momento grupal, um/a representante dos/das adolescentes ou das famílias que exija a postura dos/das demais.
- Os momentos grupais são realizados sempre em forma de círculo.
- Todos/as devem estar sentados em uma cadeira ou, dependendo do estilo e da dinâmica de grupo, sentados ou deitados sobre um colchonete. A organização, tanto das cadeiras quanto dos colchonetes, deve ser disposta pelo/a responsável do momento.
- Todos/as devem assumir uma postura de respeito dentro do grupo, evitando cruzar braços, pernas ou se posicionar de forma incorreta na cadeira.
- Quando estiverem familiares dentro do momento grupal, estes/as devem se sentar atrás do/da adolescente, se posicionando, simbolicamente, como responsáveis do/da adolescente dentro do grupo.
- Quando houver confrontações ou necessários apontamentos, o/a adolescente deve se levantar e respeitosamente ficar com as mãos para trás até o término da confrontação.
- Se no momento da confrontação o/a familiar do/da adolescente confrontado estiver presente, este deve se levantar também e permanecer atrás do/da adolescente.
- É recomendado que o/a responsável pelo momento grupal não fique dentro do círculo, mas fique em pé fora do círculo dando-lhe capacidade de ver tudo o que está acontecendo no grupo e delimitando subjetivamente seu poder e autoridade perante o grupo.
- Não serão toleradas gírias ou outras formas de expressão de rua.
- Não serão tolerados desrespeitos.
- A qualquer momento o/a responsável pelo encontro pode tirar qualquer pessoa que não estiver respeitando as regras de dentro do círculo e dar uma alternativa pedagógica para que esta possa cumprí-la fora do grupo.

SUPERVISÕES TÉCNICAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. Organização das Supervisões Técnicas:

1.1 Toda unidade deve prever momentos especiais onde as Supervisões Técnicas e as Equipes Multidisciplinares se reúnem com os seguintes objetivos:

- Diagnosticar e explorar as dificuldades e avanços da turma e da própria Equipe.
- Avaliar o processo socioeducativo do/da adolescente.
- Planejar momentos de intervenções individuais e grupais com os/as adolescentes e com seus/suas familiares.
- Preencher, (re)elaborar e discutir instrumentais e relatórios dos/das adolescentes.
- Elaborar estratégias para o aperfeiçoamento de cada área técnica.

1.2 As Supervisões Técnicas estão divididas em três momentos distintos:

- Equipes Técnicas

Composição: Coordenador/a Intereducativo/a, Socioeducadores/as, Assistente Social, Psicólogo/a e Auxiliar Socioeducador/a.

- Equipes de Planejamento e Revisão

Composição: a mesma da Equipe anterior.

- Reuniões de Áreas Técnicas

Pedagogia, Serviço Social e Psicologia.

1.2.1 Durante as Equipes Técnicas serão realizadas as seguintes ações:

- Preenchimento da Ficha de Acompanhamento de Equipe Técnica.
- Intervenção com o/a adolescente, segundo as necessidades da Equipe.
- Procedimento Final: entregar cópia da Ficha de Acompanhamento para a Supervisão Técnica Geral.

1.2.2 Durante as Equipes de Planejamento e Revisão serão realizadas as seguintes ações:

- Planejamento das atividades e das intervenções individuais e grupais para os próximos 15 dias (mínimos) ou 21 dias (máximos).
- Revisão de Relatórios Trimestrais e Circunstanciados.
- Atualização das pastas dos/das adolescentes.
- Procedimento final: entregar cópia do relatório da reunião, contendo a devida programação de intervenção e o registro de relatórios revisados ou propostos, logo após o final desta, para a Coordenação Intereducativa.

1.2.2 Durante as Reuniões de Áreas Técnicas serão realizadas as seguintes ações:

- Discussão sobre as dificuldades e avanços no atendimento de cada área técnica.
- Planejamento de atividades que amplifiquem a atuação socioeducativa de cada uma das áreas.
- Procedimento final: Encaminhar cópia da memória da reunião para a Supervisão Técnica Geral.

1.3 As Equipes Multidisciplinares terão sempre 1 (uma) semana para se reunirem e 2 (duas) semanas subseqüentes para executarem trabalhos socioeducativos e terapêuticos.

2. Trabalhos das Equipes Multidisciplinares – intervenções socioeducativas obrigatórias:

2.1 As unidades de atendimento socioeducativo devem entender a Intervenção Socioeducativa como aquela feita para explorar, diagnosticar, reelaborar e/ou redimensionar as questões bio-psico-sócio-pedagógicas dos/das adolescentes e das famílias.

2.2 Para cada semana de trabalho socioeducativo e terapêutico, a Equipe Multidisciplinar terá a obrigação de realizar as seguintes intervenções:

2.2.1 Intervenções Individuais: Cada adolescente terá que ter, no mínimo, 1 (uma) intervenção individual realizada por cada integrante da Equipe Multidisciplinar. Logo, a cada semana de trabalho socioeducativo e terapêutico, cada adolescente deve ter, no mínimo, 3 (três) Intervenções Individuais registradas.

2.2.1.1 Não devem constar como intervenção individual mínima obrigatória as seguintes ações:

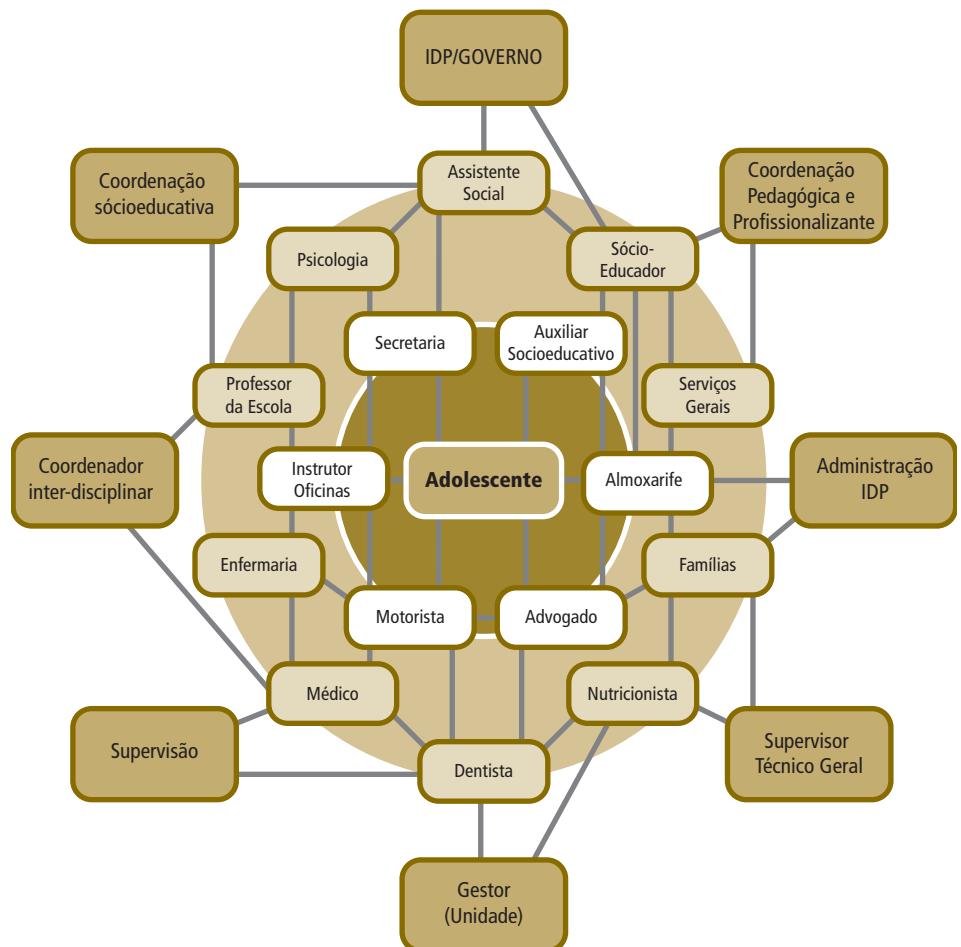
- A ligação semanal do/da adolescente.
- Intervenções provenientes de problemas surgidos no cotidiano da turma.
 - 2.2.2 Intervenções Grupais: Cada turma terá que ter realizado, no mínimo, 4 (quatro) momentos de intervenção grupais com adolescentes e/ou familiares, quais sejam: Momento Conscientização (realizado pelos/as socioeducadores/as); Momento Social (realizado pelos/as assistentes sociais); Momento Terapêutico (realizado pelos/as psicólogos/as); e Avaliação da Semana (realizada aos sábados pelo/a socioeducador/a). Logo, a cada semana de trabalho socioeducativo e terapêutico, cada turma deve ter, no mínimo, 4 (quatro) Intervenções Grupais registradas.
 - 2.2.3 Intervenções com os/as familiares dos/das adolescentes: Cada turma ou Família Socioeducativa (nível) terá que ter planejado, no mínimo, 1 (um) encontro mensal com os/as familiares dos/das adolescentes.
- 2.3 Todas essas intervenções devem ser registradas e entregues ao fim de cada semana para o Intereducativo que, por sua vez, as encaminhará para o arquivo.

3. Observações gerais:

- 3.1 A Coordenação Intereducativa deve abrir pastas para cada uma das turmas onde deverão constar os seguintes instrumentais:
 - Ficha de Acompanhamento de Equipe Técnica.
 - Relatórios de Equipe de Planejamento e Revisão.
 - Plano Individual de Atendimento (PIA), separado por turmas, de cada adolescente atendido/a.
- 3.2 A Coordenação Intereducativa também abrirá pastas para arquivar as memórias das Reuniões de Áreas Técnicas.

11

Organograma sistêmico do modelo de atendimento socioeducativo do IDP em unidades de internação



Sistema de Avaliação

O sistema de avaliação que se propõe para a estrutura pedagógica dos/das adolescentes que se encontram em internação deve ser qualitativo e abrange todos os aspectos pessoais, familiares e sociais de suas vidas.

O cotidiano da casa precisa de ações coordenadas e de práticas avaliativas constantes que formam a base de sustentação de uma gestão eficaz. A observação e o monitoramento permitem mensurar o trabalho realizado e os resultados alcançados, tendo em conta o curto tempo que o/a adolescente fica na instituição.

Todas as atividades realizadas pelos/as adolescentes nas diferentes áreas de intervenção serão avaliadas pelos/as socioeducadores/as, que por sua vez deverão registrar nos instrumentais específicos, conquistas e dificuldades apresentadas e identificadas no dia-a-dia. Com esse formato se realizará a avaliação semanalmente. O/A adolescente participará, com senso crítico, apresentando sua auto-avaliação. Esta avaliação será feita com a participação de toda a equipe técnica da instituição.

Conforme os resultados da avaliação feita pela equipe e da auto-avaliação apresentados, o/a adolescente deverá realizar atividades pedagógicas de reforço, como momentos de conscientização ou terapêuticos e outras dinâmicas que o levem a refletir e melhorar os aspectos negativos identificados durante a semana. Esse período será catalogado pela equipe como positiva ou negativa, conforme o desempenho do/da socioeducando/da que será avaliado/a de acordo com suas possibilidades e potencialidades cognitivas. Serão valorizados os progressos, as conquistas individuais e de convivência grupal por menores que sejam.

O sistema avaliativo deverá estar em consonância com a proposta pedagógica. Cabe frisar que o sistema de avaliação deve ter um caráter pedagógico, sendo educativo e reflexivo e nunca punitivo.

